



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 112

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 16 DE SETEMBRO DE 2008

ANO XXXIII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Enio Verri - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Alysson Wandscheer - Douglas Fabrício - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 112

102ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios 03

Indicações 03

Requerimentos 04

Projetos de Lei 08

Pequeno Expediente:

Dep. Antonio Belinati 11

Dep. Tadeu Veneri 12

Dep. Elio Rusch 15

Dep. Stephanes Júnior 17

Dep. Alysson Wandscheer 17

Grande Expediente:

Dep. Douglas Fabrício 20

Dep. Luiz Claudio Romanelli 22

Horário das Lideranças:

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 11

Liderança do Pt

Dep. Tadeu Veneri 13

Liderança do DEM

Dep. Elio Rusch 15

Liderança do PPS

Dep. Alysson Wandscheer 18

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 26

Discussão/Votação

1ª Discussão 27

2ª Discussão 30

Discussão Única (Proposições) .. 30

Requerimentos 31

Encerramento da Sessão 31

Publicações:

Comissão Executiva

Atos 31

Diretoria Geral

Portarias 32

Atas de Comissão

Constituição e Justiça 33

DIÁRIO Nº 112

102ª SESSÃO ORDINÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

16ª LEGISLATURA

ATA DA 102ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

16 DE SETEMBRO DE 2008

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Teruo Kato e Jonas Guimarães.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Alysson Wandscheer, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Caíto Quintana, Cleiton Kielse, Douglas Fabrício, Duílio

Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fábio Camargo, Francisco Bühler, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Nishimori, Nereu Moura, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Péricles de Mello, Plauto Miró, Ribas Carli Filho, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (36).

Ausentes os Srs. Deputados: Augustinho Zucchi, Carlos Simões, Dobrandino da Silva, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Ney Leprevost, Pedro Ivo e Valdir Rossoni (11).

Em licença as Sras. Deputadas Beti Pavi e Rosane Ferreira e os Srs. Deputados Dr. Batista, Edgar Bueno, Elton Welter, Enio Verri e Reni Pereira (07).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

OFÍCIO Nº 057/08

Curitiba, em 16/09/08.

Senhor Presidente:

Através do presente, comunico à V. Exa. que em virtude de compromissos políticos assumidos em Guaruapuava, precisei ausentar-me das Sessões Plenárias realizadas nesta Casa de Leis na data de 17 de setembro do corrente ano.

Sem mais para o momento, agradeço pela atenção e coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

OFÍCIO S/N

Curitiba, em 16/09/08.

Senhor Presidente:

Através do presente, comunico à V. Exa. que estarei ausente da Sessão Plenária do dia 17 próximo, devido

a compromissos assumidos anteriormente na região centro-oeste do Paraná.

Sendo o que apresenta para o momento, agradeço antecipadamente.

(a) RIBAS CARLI FILHO

OFÍCIO S/N

Curitiba, em 16/09/08.

Senhor Presidente:

Através do presente, comunico à V. Exa. que estarei ausente da Sessão Plenária do dia 17 próximo, devido a compromissos assumidos anteriormente na região dos Campos Gerais.

Sendo o que apresenta para o momento, agradeço antecipadamente.

(a) PLAUTO MIRÓ

Indicações

INDICAÇÃO Nº 215/08

SÚMULA:

Propõe realização de duplicação da rodovia PR-415, João Leopoldo Jacomel no contorno leste.

Ao Exmo. Sr. Rogério Wallbach Tizzot, Secretário de Estado dos Transportes:

O Deputado Stephanes Júnior dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

1 - A realização de duplicação da rodovia PR-415, João Leopoldo Jacomel no contorno leste, no trecho que compreende a divisa de Pinhais ao centro de Piraquara.

2 - A solicitação justifica-se pelo número excessivo de veículos em virtude do contorno leste e o grande crescimento do município. Isso fez com que a rodovia se transformasse em via perigosa e de constantes acidentes.

Sala das Sessões, em 16/09/08.

(a) STEPHANES JÚNIOR

INDICAÇÃO Nº 216/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador Roberto Requião e à Secretaria de Estado da Agricultura, a disponibilização de um técnico agrícola para atuar junto à unidade da EMATER no distrito de São Lourenço, município de Cianorte.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Sr. Governador do Estado e à Secretaria da Agricultura, a disponibilização de um Técnico Agrícola para atuar junto à unidade da EMATER no distrito de São Lourenço, município de Cianorte.

Requer, outrossim, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Vereador Manoel Messias dos Santos, da Câmara Municipal de Cianorte.

Sala das Sessões, em 16/09/08.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

Como o distrito de São Lourenço teve considerável crescimento na última década, inclusive com a expansão de empresas agroindustriais, premente se faz a necessidade da EMATER lotar um profissional especializado para a elaboração de projetos que venham implementar o setor agrícola, visando preencher a vaga do técnico que anteriormente exercia a função naquela localidade.

INDICAÇÃO Nº 217/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador Roberto Requião e a Paraná Esporte, a construção de um Centro de Excelência de Atletismo, no município de Cianorte.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Sr. Governador do Estado e a Paraná Esporte, a construção de um Centro de Excelência de Atletismo, no município de Cianorte.

Requer, outrossim, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Vereador Deolindo Antônio Novo, da Câmara Municipal de Cianorte, Paraná.

Sala das Sessões, em 16/09/08.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

Cianorte é sede da Região Administrativa do Médio Noroeste do Paraná (AMENORTE), congregando 11 municípios, estando lá instalado um escritório regional da Paraná Esporte, o que, consideramos, o faz merecedor de um centro de excelência na área de Esporte, a exemplo do que existe na cidade de Paranavaí, Umuarama e Astorga, que possuem centros de excelência de handebol e basquetebol.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 2442

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a inversão total da pauta da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 16/09/08.

(a) JONAS GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 2382

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a formação de uma Comissão Especial de Investigação, composta de 11

(onze) membros, com a finalidade de investigar os constantes acidentes ocorridos com trens, pertencentes à Concessionária América Latina Logística - ALL, no estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 16/09/08.

(a) FÁBIO CAMARGO

REQUERIMENTO Nº 2424

Senhor Presidente:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, informa à Mesa Executiva Diretora dos trabalhos legislativos que esteve, nesta data, em viagem ao noroeste do Paraná, acompanhando a Secretaria de Obras deste estado, na entrega e fiscalização de ordem de serviços a serem realizados na região, razão pela qual REQUER, após receber o apoio de seus Pares, seja-lhe justificada a ausência da presente Sessão Legislativa Ordinária - e, caso ocorra Sessão Extraordinária na presente data, também desta Sessão.

Sala das Sessões, em 16/09/08.

(a) TERUO KATO

REQUERIMENTO Nº 2425

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, SOLICITA que seja justificado o não comparecimento à Sessão do dia 03/09/08.

Sala das Sessões, em 16/09/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se ausência devido a reunião com Coordenadoras da Pastoral da Criança.

REQUERIMENTO Nº 2436

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento do ex-Deputado Estadual Rosário Pitelli.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência a família enlutada.

Sala das Sessões, em 16/09/08.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 85 anos de idade, faleceu no último dia 23/08/08, em Londrina-PR o ex-Deputado Estadual Rosário Pitelli, que era filho de Bento Pitelli e Zelinda Giovani. Deixou viúva Orlisa de Almeida Pitelli, três filhos.

Rosário Pitelli foi Vereador em dois períodos e Prefeito de Cornélio Procópio, por duas vezes. Também por dois períodos foi Secretário de Planejamento, um atuante e dedicado Deputado Estadual por três mandatos, prestando os mais relevantes serviços ao povo paranaense como representante de Cornélio Procópio e região.

O passamento de Rosário Pitelli, veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Parlamentar.

O destino roubou-o do convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos, todavia um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos amigos e ao trabalho. Um vácuo imenso nos invade a alma, e nossa inteligência recusam-se a acreditar no inevitável. Sua família, a família que adorava despediu-se em lágrimas dizendo que poderá repousar tranquilo, pois saberá honrar seu nome e cultivar sua memória. Imploramos ao Pai celeste, que nossos amigos e familiares de Rosário Pitelli, encontrem na fé e na esperança o consolo necessário neste momento tão difícil.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Pitelli, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 2438

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, a inserção em ata dos trabalhos desta Casa de Leis, de voto de profundo pesar pelo falecimento do jovem Valter Tiepo Júnior.

Era uma pessoa muito querida pelos seus familiares, amigos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos, principalmente ao seu pai Valter, sua mãe Deilda e ao seu irmão Rodrigo.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 16/09/08.

(a) LUIZ ACCORSI

REQUERIMENTO Nº 2419

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de congratulações ao tradicional Grupo de Danças Japonesas - Kikunokai, que realiza uma vitoriosa turnê pelo Brasil, como parte das comemorações do centenário da imigração japonesa no Brasil e menção honrosa para a Sra. Michiyo Hata, representante e Diretora do grupo.

Também, a menção honrosa, seja estendida ao Sr. Satoshi Hara, Chefe da Delegação e Kumiro Tanimoto, sub-chefe da delegação que visita o Paraná com as brilhantes apresentações do Kikunokai desenvolvendo o tema Danças com o Coração.

O grupo foi fundado a 36 anos e tem como objetivo manter a base da dança clássica japonesa, ao mesmo tempo em que desenvolve obras criativas para a nova era e o desenvolvimento dos valores humanos.

Sala das Sessões, em 16/09/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 2439

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de congratulações ao Sr. Welder Knaf pela conquista da medalha de prata em tênis de mesa nas Paraolimpíadas de Pequim.

Sala das Sessões, em 16/09/08.

(a) RIBAS CARLI FILHO

JUSTIFICATIVA:

Justifica o proponente dizendo que o Sr. Welder Knaf se destaca pela sua competência, comprometimento, capacidade, esforço e dedicação aos jogos de tênis de mesa.

Conquistou medalha de prata na modalidade, inédita no Brasil nos Jogos Paraolímpicos, provinda de seu esforço e dedicação ao esporte. A disputa aconteceu no ginásio da universidade de Pequim, por volta das 23h.

Cada integrante das 02 (duas) duplas de finalistas, entre eles os brasileiros Welder Knaf e Luiz Silva, jogariam duas partidas. Welder venceu apenas uma e Silva acabou perdendo as duas, dando a medalha de prata ao jogador Welder Knaf.

Esses são os primeiros Jogos Paraolímpicos do mesatenista Welder Knaf.

REQUERIMENTO Nº 2418

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, o registro nos Anais desta Casa de Leis, de moção de louvor endereçada aos servidores da Polícia Civil do Estado, abaixo nominados, pelos relevantes serviços prestados em prol da população de Curitiba.

Sala das Sessões, em 16/09/08.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Todo e qualquer segmento de uma sociedade, é passível de erros e de acertos, de sucessos ou de derrotas.

De acordo com as circunstâncias, é louvado ou execrado, muitas vezes dependendo até do humor da opinião pública, de sua compreensão, do seu discernimento. Dentro deste contexto, insere-se, natural e logicamente, a instituição do provimento da Segurança Pública. Existem claro, dentro do quadro da nossa Secretaria de Estado da Segurança Pública, os excelentes, os bons, os regulares e os medíocres operários da manutenção da ordem social. Como de resto, acontece em todas as esferas administrativas, públicas ou privadas. Raciocínio nesse sentido nos leva a precaver contra a generalização.

Toda uma organização seja a mesma bancária, comercial, empresarial, educacional, industrial ou devotada a qualquer atividade, não pode ser deitada na mesma vala comum, devido a um ou mais indivíduos perniciosos existentes em seu quadro.

Sabemos, outrossim, tratar-se de inexpressiva minoria, incapaz mesmo de ofuscar o brilho provocado pelas grandes estrelas de qualquer entidade.

Ao especificarmos nossa apreciação quanto à complexa área da Segurança Pública, em sã consciência, sabemos da existência de profissionais do mais alto conceito perante toda a sociedade, conceito angariado pelo respeito à farda, pelo devotado cumprimento do dever, pelo sacrifício vivido no dia-a-dia para o resguardo da honra da corporação a quem sevem.

Escorado na justificativa acima, antecipo agradecimento aos meus companheiros e companheiras Deputados e Deputadas, para a aprovação desta moção de louvor aos guardiões da lei, os Srs. Delegados, Luiz Carlos de Oliveira, Gil Rocha Tesserolli, Noel Francisco da Silva, Paulo de Castro Neto; os investigadores Carlos de Oliveira da Velha Netto, Acher de Souza, Ademar dos Santos, Aluizio Sebastião Crespo de Oliveira Júnior, Antonio Jesus Martins, Carlos Roberto Cantagalli, Carlos Augusto Schinemann, Dirceu Horne Alves Júnior, Edemilson Orlando de Camargo, Ediel Barbosa Ribas, Fioravante Perruchon dos Santos, Geremias Cordeiro da Veiga, Gerson Luiz Czaikowski, José Carlos Fernandes, Jorge da Silva, Luiz Eraldo Lima dos Santos, Marcelo Braga Lacerda Filho, Marcos Aurélio Minotto, Newton Carlos Andrade, Patrícia Letícia Uba, Sandro Biss, Sidnei Pereira de Lara; os escrivãos Jacob José Paykala, Jonatas Camilo de Godoi, Josemar Manette de Oliveira, Sirlene Perpetua Matoso, Walderley Nata Gonçalves Machado e Wellington Alves, pela ação, dentre muitas outras, levada a contento decorrente de caso exemplarmente solucionado, mas sobre o qual o signatário da presente moção se reserva o direito de silêncio a respeito, para evitar possíveis desdobramentos quanto à integridade da família socorrida.

Que, da decisão, se dê ciência aos merecedores desta homenagem deste Poder Legislativo, com a confecção e entrega dos respectivos diplomas de louvor.

Requer-se ainda, a direção da Polícia Civil, o registro desta homenagem em suas respectivas fichas funcional, para que surtam os benefícios de costume.

REQUERIMENTO Nº 2426

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Sr. Sergius Erdelyi.

Sala das Sessões, em 16/09/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Sergius Erdelyi, protetor da ecologia, inventor, administrador, artista visual, educador, filantropo, engenheiro-mecânico e poliglota, usina de idéias foi inventor de soluções para baixas temperaturas, aplicadas em foguetes, dirige empresas industriais de grande porte, nas artes visuais, destacam-se seus trabalhos em mosaico de vidro, intelectual inquieto, é também

espírito que sinaliza descobertas insuspeitas, uma alma livre, que descobriu na preservação do meio ambiente, o compromisso com o futuro, criando o Vivat Floresta, um imenso parque ecológico que vem se tornando um pulmão verde na região metropolitana de Curitiba.

REQUERIMENTO Nº 2427

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, à Sra. Nadyesda Almeida.

Sala das Sessões, em 16/09/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Sra. Nadyesda Almeida, repórter de temas da sociedade, comunicadora visual, que ganhou luz própria atuando em agências de publicidade de Curitiba, realizando e promovendo eventos corporativos, com apoio de assessoria de imprensa e registrando alguns momentos que ajudam a redimensionar a história do Paraná, otimista, mestra e doutora na arte de fazer e cultivar amigos, conquistou seu espaço com muito trabalho e dedicação, sempre disponibilizando aos verdadeiros construtores da sociedade, um lugar de destaque.

REQUERIMENTO Nº 2428

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Sr. Mussa José Assis.

Sala das Sessões, em 16/09/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Mussa José Assis, jornalista completo, que domina todas as etapas de uma redação de jornal e de seu parque gráfico, com uma incomparável capacidade de trabalho e obsessão pela atividade jornalística, amigo que disciplina com sabedoria, dono de extraordinária pedagogia que lhe conferiu acuidade para garimpar talentos do jornalismo, um fabricante de talentos, foi professor substituto de latim no Colégio Estadual do Paraná e mais tarde tornou-se professor da cadeira de Técnica de Jornalismo na Pontifícia Universidade Católica do Paraná no curso de Jornalismo, seu perfil especial fez dele membro do Júri que selecionava talentos para o Prêmio Esso de Jornalismo, que no meio é a maior distinção, observador privilegiado e judicioso avaliador do que aconteceu no Paraná nos últimos 50 anos.

REQUERIMENTO Nº 2429

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Sr. Wilson Ferro Delara.

Sala das Sessões, em 16/09/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Wilson Ferro Delara, formado em Economia pela PUC-PR, com diversas pós-graduações e especializações, Presidente do Conselho de Administração da ALL Logística do Brasil, revelou-se um empreendedor de rara garra e sem os tiques dos chamados vencedores ou de tantos que apenas se imaginam como tal, desbravador de um segmento empresarial com poucos anos de conformação no Brasil, é discreto, começou a vida como office-boy e virou o mago da logística, preocupado com a preservação do Meio Ambiente, criou espaço pedagógico para alunos de escolas públicas através do projeto social patrocinado por sua empresa, atendendo centenas de escolares; comandante diuturno da organização, é a referência em logística no Brasil.

REQUERIMENTO Nº 2430

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Sr. Waldemiro Gremski.

Sala das Sessões, em 16/09/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Dr. Waldemiro Gremski, educador e pesquisador superiormente diferenciado, na área das Ciências Biológicas, com doutorado e quatro pós-doutorados, e um currículo profissional em que aparecem dezenas de trabalhos acadêmicos publicados em periódicos especializados, a maioria em países de ampla tradição em ciência, como Estados Unidos, Canadá, Inglaterra e Alemanha; Diretor do Laboratório de Engenharia de Transplante Celular da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, está contemplando os primeiros resultados com experimentos humanos, condutor seguro das discussões em relação ao uso das células-tronco, incluindo as embrionárias, nas esferas científicas e religiosas.

REQUERIMENTO Nº 2431

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Sr. Ennio Marques Ferreira.

Sala das Sessões, em 16/09/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Ennio Marques Ferreira, melhor testemunha da evolução da arte paranaense, que esteve em posições chave em sua administração cultural e em curadorias de mostras significativas, como crítico e documentador de nossas artes plásticas, foi Superintendente do Teatro Guaíra e participações decisivas nos júris e organizações do Salão Paranaense com atuações nacionais como fazer parte da Comissão Nacional de Artes Plásticas, além de ter sido membro da Comissão do Salão Nacional do Sesquicentenário da Independência, comandou a restauração da Igreja de São Benedito, em Parana-

guá. Crítico de arte, protetor da cultura, participou ativamente das transformações na história das artes plásticas no Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2441

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, envio de votos de louvor ao atleta paraolímpico guarapuavano Welder Knaf, pelo excelente desempenho nos Jogos Paraolímpicos de Pequim, onde conquistou a medalha de prata.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao atleta Welder Knaf, através de correspondência.

Sala das Sessões, em 16/09/08.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 2337

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUER, ao Dr. Rafael Iatauro, Secretário Chefe da Casa Civil e ao Governador Roberto Requião, após ouvido o douto Plenário, em face da nomeação do Sr. Eduardo Requião para ocupar o cargo de Secretário Especial, conforme Decreto 3308, de 25 de agosto último, divulgado na Agência de Notícias do Estado e, considerando ainda a edição de um novo decreto com idêntica numeração, tratando de assunto diverso, relativo à demissão da servidora Elizabeth Moreira de Lima, informar qual o cargo ocupado oficial e efetivamente pelo Sr. Eduardo Requião na Administração Pública estadual? Qual o ato que formalizou sua nomeação? Foi formalizado o seu desligamento da Administração dos Portos? Juntar respectiva cópia e informar quanto a sua publicação. Com relação à administração dos Portos de Paranaguá e Antonina haverá cumulação de funções com as de direção da Secretaria Especial dos Portos ou outra Secretaria que venha a ser ocupada pelo Sr. Eduardo Requião? Quais as funções atribuídas à Secretaria Especial dos Portos que justificam a sua criação? Em face do que dispõem as Leis 8585/87, artigo 14 e Lei 15465/07, artigo 3º, quantas são as Secretarias Especiais existentes hoje na administração Pública Estadual? Data de criação e nomeação dos respectivos titulares?

Sala das Sessões, em 16.09.08.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 2374

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM ao Sr. Secretário de Estado de Segurança Pública, Dr. Luiz Fernando Delazzari e ao Diretor do Departamento de Trânsito do Estado, Cel. David Pancotti, informar se o DETRAN tem serviços terceirizados.

Em caso positivo, informar quais são e juntar as cópias dos respectivos contratos ou convênios.

Sala das Sessões, em 16.09.08.

(aa) ELIO RUSCH
DURVAL AMARAL
CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2437

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, para que fique registrado na ata da Sessão desta data, para a posteridade a belíssima cerimônia que marcou a inauguração da maior máquina de papel-cartão do Brasil.

Requer outrossim que da decisão da Casa seja dada ciência ao Dr. Reinoldo Poembacher, DD. Diretor Geral da firma Klabin, bem como ao Dr. Pedro Piva, Dr. Izrael Klabin, e ao Dr. Artur Canhisaris, digníssimos membros do Conselho da Administração, e ao Dr. Miguel Lafer, Presidente do Conselho da Administração da firma KLABIN.

Sala das Sessões, em 16.09.08.

(a) ANTONIO ANIBELLI

Apoiamento:

Cleiton Kielse.

JUSTIFICATIVA:

Em data de 15/09/08, no município de Telêmaco Borba, em um lindíssimo evento, com a presença do Exmo. Ministro do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior, Dr. Miguel Jorge, do Exmo. Governador do Estado do Paraná Dr. Roberto Requião, outras autoridades, Diretores da importante firma Klabin, e este Parlamentar representando o Poder Legislativo do Estado do Paraná, bem como a grande população de Telêmaco Borba e de inúmeros municípios vizinhos, assistimos a cerimônia que marcou a inauguração da maior máquina de fabricação de Papel-Cartão do Brasil e do mundo. É o empreendimento de relevância global que indica o reaquecimento do mercado de embalagens de Papel-Cartão, foi concretizado com grande festa no município de Telêmaco Borba.

Com a ampliação de capacidade de produção de 350 mil tonelada por ano, a unidade Klabin de Telêmaco Borba, passará a fabricar um milhão e cem mil toneladas por ano. A produção será suficiente para carregar 120 caminhões por dia. Essa produção ampliada deve representar aumento na participação do mercado brasileiro, além de elevar as exportações de 27% para 35% da receita da empresa Klabin.

Todos os números que envolvem a obra são grandiosos. Além do investimento bilionário, 24 mil pessoas trabalharam no projeto. A implantação chegou a ter 7 mil funcionários simultaneamente. Na fábrica, foram criados 250 empregos diretos e 750 indiretos. Um dos principais clientes da firma Klabin é a Tetra Pak - multinacional sueca que fabrica embalagens longa-vida.

Uma obra dessas da Klabin, não é importante somente para o Brasil. O Governador Roberto Requião reforçou em seu pronunciamento, que é dessa força que o Paraná precisa, de investimentos concretos, com geração de empregos e renda. Para garantir a matéria-prima, a Klabin investe na ampliação das bases florestais. Nos últimos dois anos, a empresa garantiu mais 37 mil hectares de florestas plantadas.

Na Klabin, o que era produzido num ano na fábrica inaugurada em 1946, 46 mil toneladas. Hoje esta qualidade é fabricada em 20 dias.

Este Parlamentar e um todo da Assembléia Legislativa Paranaense, deseja mil felicidades a importante firma Klabin, bem como toda a população de Telêmaco Borba e os municípios da região.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 387/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o Programa de Incentivo ao Cultivo da Mamona no estado do Paraná.

Art. 2º Os objetivos do programa de que trata o artigo 1º, são os seguintes:

I - estimular a plantação e o desenvolvimento de tecnologia aplicável ao cultivo da mamona;

II - contribuir para o aumento da produtividade e da competitividade do setor;

III - fornecer matéria-prima para as indústrias de Biodiesel e óleos oriundos da mamona;

IV - diversificação da lavoura nas pequenas e médias propriedades rurais.

Art. 3º Compete ao Poder Executivo, administrar e gerenciar o Programa de Incentivo da Mamona no estado do Paraná.

I - Registrando e controlando as áreas de produção;

II - incentivar a produção, a industrialização e a exportação da mamona, bem como o desenvolvimento técnico e econômico dos setores envolvidos nessas atividades;

III - desenvolver pesquisas e experiências que visem a melhoria da qualidade da mamona e ao aperfeiçoamento da produção;

IV - estabelecer, por meio das instituições financeiras do estado do Paraná que atuam no setor, linhas de créditos especiais, destinadas ao investimento, ao custeio e à modernização do cultivo da mamona.

Art. 4º Recomenda que as ações governamentais relativas à implantação do programa de que trata esta lei, contarão com a participação de representantes dos produtores de mamona.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 dias, a contar da sua publicação.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.09.08.

(a) LUIZ NISHIMORI

JUSTIFICATIVA:

O projeto em análise visa implantar um programa de fomento à cultura da mamona no estado do Paraná, com vistas ao incentivo e desenvolvimento do plantio da mamona e buscando transformar o Paraná num grande pólo do mercado mamoneiro do país e de olho no mercado de exportação.

O crescimento da demanda por óleos oriundos da mamona, a necessidade de buscar alternativas para óleos combustíveis, aliados à preservação do meio ambiente, faz com que venhamos a sugerir a criação desse novo programa que incentivará por certo a cultura de mamona.

O pequeno e o médio agricultor poderão diversificar a sua lavoura, aumentando a sua renda familiar, pois essa é uma cultura que apresenta mais de uma colheita por ano e tem mercado garantido.

A mamona é uma planta do gênero da família das *euforbiáceas* com o qual se fabrica o óleo purgativo também chamado de óleo de rícino. O mesmo que mamona ou carrapateira.

Além disso, o farelo da mamona - espécie de casca da mamona - é um dos mais eficientes adubos orgânicos que ajuda a recuperar a fertilidade da terra.

Além disso, o óleo ecológico está presente em mais de 500 produtos consumidos diariamente, desde produtos de beleza e vestuário até fluído de freio de automóveis e o fluído congelante presente no tanque do combustível do avião.

Por essas razões e pelas vantagens relacionadas com o cultivo e a exploração da mamona, proponho a criação do Programa de Incentivo ao Cultivo da Mamona no estado do Paraná, e peço o apoio dos nobres Pares desta Casa para a sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 388/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Esta lei estabelece normas de proteção à saúde e de responsabilidade por dano ao consumidor, nos termos do artigo 24, incisos V, VIII e XII, da Constituição Federal, para criação de ambientes de uso coletivo livres de produtos fumígenos.

Art. 2º Fica proibido no território do estado do Paraná, em ambientes de uso coletivo, públicos ou privados, o consumo de cigarros, cigarrilhas, charutos ou de qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco.

§ 1º Aplica-se o disposto no *caput* deste artigo aos recintos de uso coletivo, total ou parcialmente fechados em qualquer dos seus lados por parede, divisória, teto ou telhado, ainda que provisórios, onde haja permanência ou circulação de pessoas.

§ 2º Para os fins desta lei, a expressão “recintos de uso coletivo” compreende, dentre outros, os ambientes de trabalho, de estudo, de cultura, de culto religioso, de lazer, de esporte ou de entretenimento, áreas comuns de condomínios, casas de espetáculos, teatros, cinemas, bares, lanchonetes, boates, restaurantes, praças de alimentação, hotéis, pousadas, centros comerciais, bancos e similares, supermercados, açougues, padarias, farmácias e drogarias, repartições públicas, instituições de saúde, escolas, museus, bibliotecas, espaços de exposições, veículos públicos ou privados de transporte coletivo, viaturas oficiais de qualquer espécie e táxis.

§ 3º Nos locais previstos nos parágrafos 1º e 2º deste artigo deverá ser afixado aviso da proibição, em pontos de ampla visibilidade, com indicação de telefone e endereço dos órgãos estaduais responsáveis pela vigilância sanitária e pela defesa do consumidor.

Art. 3º O responsável pelos recintos de que trata esta lei deverá advertir os eventuais infratores sobre a proibição nela contida, bem como sobre a obrigatoriedade, caso persista na conduta coibida, de imediata retirada do local, se necessário mediante o auxílio de força policial.

Art. 4º Tratando-se de fornecimento de produtos e serviços, o empresário deverá cuidar, proteger e vigiar para que no local de funcionamento de sua empresa não seja praticada infração ao disposto nesta lei.

Parágrafo Único. O empresário omissor ficará sujeito às sanções previstas no artigo 56 de Lei Federal nº 8078, de 11/09/90 - Código de Defesa do Consumidor, aplicáveis na forma de seus artigos 57 a 60, sem prejuízo das sanções previstas na legislação sanitária.

Art. 5º Qualquer pessoa poderá relatar ao órgão de vigilância sanitária ou de defesa do consumidor da respectiva área de atuação, fato que tenha presenciado em desacordo com o disposto nesta lei.

§ 1º O relato de que trata o *caput* deste artigo conterá:

- 1 - a exposição do fato e suas circunstâncias;
- 2 - a declaração, sob as penas da lei, de que o relato corresponde à verdade;
- 3 - a identificação do autor, com nome, prenome, número da cédula de identidade, seu endereço e assinatura.

§ 2º A critério do interessado, o relato poderá ser apresentado por meio eletrônico, no sítio de rede mundial de computadores - internet dos órgãos referidos no *caput* deste artigo, devendo ser ratificado, para atendimento de todos os requisitos previstos nesta lei.

§ 3º O relato feito nos termos deste artigo constitui prova idônea para o procedimento sancionatório.

Art. 6º Esta lei não se aplica:

I - aos locais de culto religioso em que o uso de produto fumígeno faça parte do ritual;

II - às instituições de tratamento da saúde que tenham pacientes autorizados a fumar pelo médico que os assista;

III - às vias públicas e aos espaços ao ar livre;

IV - às residências;

V - aos estabelecimentos específica e exclusivamente destinados ao consumo no próprio local de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou de qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco, desde que essa condição esteja anunciada, de forma clara, na respectiva entrada.

Parágrafo Único. Nos locais indicados nos incisos I, II e V deste artigo deverão ser adotadas condições de isolamento, ventilação ou exaustão do ar que impeçam a contaminação de ambientes protegidos por esta lei.

Art. 7º As penalidades decorrentes de infrações às disposições desta lei serão impostas, nos respectivos âmbitos de atribuições, pelos órgãos estaduais de vigilância sanitária ou de defesa do consumidor.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16/09/08.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

No Brasil assiste-se a uma invasão tabágica, cuja epidemia se aguçou a partir de 1970. Desse ano até 1990, enquanto a população cresceu 61,5% o consumo de cigarros aumentou 125,7%. Levantamento feito pelo IBGE em 1989 estimou em quase 31 milhões o número de tabagistas, representando 32,6% da população acima dos 15 anos. Do total de fumantes 40,4% são mulheres. Dos 15 aos 19 anos temos 2,4 milhões de fumantes (75% dos fumantes começam entre 10 e 18 anos). A mortalidade por doenças para as quais o tabaco é significativo fator de risco e o número *per capita* do consumo de cigarros, pode-se estimar que morrem aqui 80 mil a 120 mil tabagistas por ano, constituindo 13% a 16% da mortalidade geral, o que é um alto índice.

Com relação ao sexo, observa-se mundialmente a tendência de diminuição da prevalência de fumantes em ambos os sexos, porém esta diminuição é mais lenta no sexo feminino, o que faz com que nesta década, em muitos dos trabalhos de prevalência de tabagismo, os números encontrados sejam iguais entre homens e mulheres. Nas grandes cidades brasileiras o número de mulheres fumantes tem sido igual ou até maior que o dos homens e que a prevalência de homens ex-fumantes encontrada foi maior no sexo masculino que no sexo feminino.

Na rede SUS do estado de São Paulo, 31% dos gastos com internações hospitalares se devem à doenças tabaco-associadas; mais de 90% destas representadas pelas cardiovasculares e respiratórias. Estudos no Rio Grande do Sul, na década de 1980, mostraram prevalência tabágica de 29% para médicos, 40% para outros profissionais liberais, 56% para a população adulta masculina em geral, 67% para mineradores de carvão e 69% para plantadores de cana-de-açúcar. Entre alunos de 1º grau em Porto Alegre, verificou-se uma percentagem de fumantes quase duas vezes maior em escolas municipais, pobres, do que em escolas particulares, ricas. Em 1991, no Rio Grande do Sul, a prevalência de fumantes em maiores de 18 anos de idade foi de 39,8%.

O Ministério da Saúde tem preconizado que se façam levantamentos periódicos, assim como se inicie programas educativos em todos os níveis que venham a corroborar com algumas das leis existentes no país, algumas antigas e outras mais recentes, como a de não se fumar em instituições públicas. A primeira lei de âmbito nacional (nº 9294/96) que “dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do parágrafo 4º da Constituição Federal”, teve grande repercussão na mídia e na população e tem grande efetividade educativa quanto à nocividade do tabaco.

No entanto, várias brechas na lei precisarão ser revistas, como não prever multas para os infratores tabagistas e responsáveis pelos estabelecimentos onde se fuma, permitir fumar em recintos fechados em locais especialmente destinados para este fim e proibir fumar em salas de aula, deixando livre desta proibição outros recintos escolares. Acreditamos, por fim, que as campanhas educativas sobre tabagismo poderiam ser realizadas e reforçadas em nível local, em instituições públicas e privadas, abolindo a exposição ao tabaco, impulsionando assim uma grande campanha de apoio mútuo entre ex-fumantes, não-fumantes e fumantes, para tornar o ambiente de trabalho livre da fumaça. Certamente estas medidas se expandiriam também para o ambiente domiciliar, fazendo com que principalmente as crianças crescessem livres da fumaça do tabaco, assistindo a bons exemplos e não experimentando os malefícios do fumo desde tenras idades.

Não acreditamos que medidas proibitivas, tidas como parciais, possam dar resultados na diminuição da prevalência dos fumantes quando os isolam em recintos específicos, geralmente com pouca ventilação, para fumar. Neste caso, os malefícios causados aos não-fumantes serão praticamente os mesmos de ficarem no mesmo ambiente do fumante, pois a fumaça do tabaco se espalha rapidamente por todo o ambiente. As medidas mais abrangentes de cunho educativo, com restrições do fumo em alguns locais apropriados e com proibição total do fumo posteriormente, tendem a ser as mais aceitas, associadas a medidas de suporte para quem pretende parar de fumar.

Assim, a medida ora proposta contempla a tendência mundial fundada em critérios de prevenção e preservação da saúde pública, e busca promover o assentamento de normas destinadas à criação de ambientes de uso coletivo livres de tabaco.

Ressalte-se que o Exmo. Governador de São Paulo já apresentou projeto de lei análogo que está em trâmite na Assembléia Legislativa de São Paulo para apreciação pelos Pares daquela Casa de Leis.

Assim, pedimos aos Pares desta Casa o apoio e o voto favorável para aprovarmos este projeto de lei.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Pequeno Expediente.

Primeiro orador inscrito, com a palavra o Sr. Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Nobre Presidente Nelson Justus, Deputado Jonas, Deputado Teruo, Deputadas, Deputados, visitantes, comitê de imprensa, paranaenses que acompanham as transmissões desta Casa através da TV MERCOSUL e TV SINAL.

Faço, nobre Presidente, a leitura da carta de uma funcionária do HU - Hospital Universitário de Londrina, Dona Silvana Molin. Ela é técnica de enfermagem e está fazendo uma solicitação que não é apenas de caráter pessoal, mas cujo interesse é também de cerca de 140 funcionários que foram admitidos para trabalhar no HU e através de um processo seletivo iniciaram as suas atividades no dia 15 de janeiro do ano passado. E a prevalecer esse contrato, esses 140 servidores, de várias áreas, daqui a mais alguns meses, em janeiro próximo, estarão sem o emprego, com prejuízo pessoal e com prejuízo também para o próprio HU, que é um dos maiores hospitais públicos do Paraná.

(Lê):

“Trabalho no HU - Hospital Universitário de Londrina, onde fui admitida no dia 15/01/07, em virtude de ter sido aprovada em processo seletivo realizado no ano de 2005. Faço parte de um grupo de aproximadamente 140 pessoas, de diversas atividades, entre elas: auxiliar de serviços gerais, manutenção, nutricionistas, psicólogos, enfermeiros e técnicos de enfermagem. Essas pessoas, Sr. Presidente, nobres Deputados, 140 pessoas, foram contratadas através de contrato de trabalho por tempo determinado, conforme prevê a legislação em vigor. Esse contrato vai vencer em janeiro, pouco mais de três meses.”

Pelo prazo fatídico - esse prazo está deixando a Dona Silvana e seus colegas de trabalho em uma situação bastante desconfortável, pois eles sabem que a partir do início do próximo ano as suas famílias não poderão mais

contar com essa fonte de renda advinda de um trabalho abençoado que eles realizam, um trabalho com garra, com amor, com competência, ajudando a manter esse grande hospital, o HU que atende a camada de baixa renda e a camada pobre da população.

E aqui diz essa nossa irmã paranaense: “O senhor, mais do que ninguém, sabe o quanto é difícil conseguir um emprego nos dias atuais. Estou próximo de completar 50 anos de idade e 20 anos de profissão. Além de mim, mais de 40 funcionários, já experientes, não teremos mais perspectiva de entrar no mercado de trabalho ao findar esse contrato de trabalho que temos com o HU.

Portanto, solicito ao senhor que intervenha junto ao nosso Governador - alô, Governador Roberto Requião - para que ele assine o ofício de contratação ou de nomeação para que possamos ser realmente efetivados”. Agora, ela mesma faz, a Dona Silvana, uma ressalva: “Se isso não for possível, que o Governo do Paraná” - atenção Srs. Deputados, é um pedido justo, ela está sugerindo - “se não der para prorrogar o contrato, se não der para efetivar esses 140 funcionários do HU, pelo menos reconheça uma liminar do Poder Judiciário, dada por um Juiz, que dá a esses 140 funcionários, garante, o direito de participar do PSP - Processo de Seleção para Promoção”.

Passa a usar o horário da Liderança do PP

Tem uma liminar que garante a eles e o Governo não a cumpre. Isso é um ato desrespeitoso, é um absurdo, é uma vergonha. É um ato de desumanidade o Governo ter uma liminar e não cumprir. Não é isso?

Então, está aqui: da mesma maneira como o Governador Requião, muitas vezes, se queixa da Justiça, sentindo-se até prejudicado pela Justiça, não pode, o Governador, dar um mau exemplo quando há uma liminar visando corrigir algum problema administrativo, visando dar ao servidor alguma garantia, algum direito, como no caso dessa liminar, não pode, não tem o direito o Governador Requião de não cumprir a determinação do Poder Judiciário. Mas, infelizmente, o Governador clama por justiça para ele, em caráter pessoal, dizendo que está sendo perseguido pela Justiça, e quando tem uma decisão na Justiça em favor dos servidores aqui no Paraná, como é o caso do HU, o Governador faz vistas grossas e não cumpre, ignora. Está errado o Governador Requião.

Então, tem uma liminar reconhecendo o direito desse pessoal do HU de participar do Processo de Seleção para Promoção, e é o que estamos cobrando aqui do Governador para que ele cumpra com essa determinação, conforme consta no informativo que os funcionários tiveram acesso ao HU, que deixa claro que, segundo a regra criada pela Lei nº 1550/06, fica destinado exclusivamente ao servidor concursado efetivo a participação no Plano de Carreiras. “Não entramos no HU por acaso. Entramos para trabalhar, não entramos por indicação de políticos ou por apadrinhamento de quem quer que seja.” Quer

dizer, entraram porque passaram por um teste seletivo”. Participamos de um teste seletivo e fomos convocados por edital. Trabalhamos como todos, ou até mais, pois fazemos 40 horas semanais, com direito a uma ou duas folgas apenas no mês, enquanto os efetivos trabalham somente 36 horas, com direito a seis ou sete folgas por mês.”

Então, a nova ala de queimados do HU possui em sua escala de revezamento 38 funcionários contratados por esse teste seletivo, do qual a Dona Silvana acabou participando também. Esses foram treinados, foram capacitados para assumir esse setor extremamente delicado, que é a ala de queimados do HU.

Se o Requião mandar esse pessoal do HU embora, não prorrogar o contrato, não efetivá-los, não der uma garantia, como é que vai funcionar a ala de queimados do HU e os demais segmentos do hospital, que estão hoje contando com o serviço? Volto a repetir, esse serviço feito com muito amor, por esses 140 funcionários e funcionárias. Findado esse contrato, esse investimento todo não vai dar em nada e de pouco terá adiantado. Do que adiantou treinar todo esse pessoal, deixar pouco tempo ali no serviço e depois demiti-lo?

“Não queremos nada de graça. Queremos trabalhar dignamente e em troca do nosso trabalho receber o reconhecimento de todos. Queremos colher o que plantamos com muito amor e dignidade.

Por fim, peço-lhe encarecidamente que ore com carinho por nós e, se for preciso, mandarei uma lista por faz ou por e-mail, com os nomes e áreas onde trabalham e atuam os funcionários contratados em janeiro de 2007. E que com a ajuda de Deus e com o vosso auxílio serão efetivamente contratados, a partir de janeiro do próximo ano”. Assina Dona Silvana Molin.

Portanto, Sr. Presidente, Nelson Justus, acho que esse teste seletivo deveria acabar no Brasil. Essa é a maior palhaçada que existe. Faz o teste, a pessoa fica ali, um ano, dois anos, demite, cria o terrorismo, a pessoa trabalha insegura: “Como vou fazer quando vencer o contrato?” Acho que deveria sempre ser por um concurso definitivo. Se a pessoa está servindo, está prestando um bom trabalho hoje, por que amanhã demitir e deixar o hospital em uma situação de precariedade, sem condições de atender as centenas de pacientes que dependem e estão internados em um hospital tão grande, como esse hospital regional, que é o HU na cidade de Londrina? E acredito ser a mesma situação incômoda vivida em outros hospitais das universidades estaduais do Paraná.

Portanto Presidente, o nosso apelo em nome dessa senhora trabalhadora, Dona Silvana Molin em nome de 140 funcionários do HU. Que o Governador Requião garanta o emprego para eles. Estão servindo até agora, por que não servir a partir de janeiro também? Acho que eles têm condições de prestar um bom trabalho para o HU. Volto a insistir que o Congresso deveria aprovar alguma medida para proibir, para acabar terminante-

mente essa palhaçada de teste seletivo, porque isso não resolve problema nenhum no serviço público.

Na minha ótica, o mesmo trabalho que dá para fazer um concurso público, é o mesmo tempo que vai se despendar para fazer teste seletivo. A única inconveniência, e muito grande, é que no teste seletivo a pessoa vai ser contratada por tempo determinado e depois vai para o olho da rua. E o serviço público vai continuar capengando, com dificuldade, para dar um bom atendimento aos contribuintes. No caso de um hospital do porte do HU, os prejudicados serão os funcionários que estão correndo risco de perder o seu emprego. Mas prejudicada também será toda a estrutura do HU e, principalmente, as centenas de pacientes internados nesse hospital, que presta um extraordinário serviço social aos pacientes de Londrina e de todo o norte do Paraná.

Em nome da garantia do emprego para esses funcionários do HU é que venho à tribuna nesta tarde. Lembrando que o Governador Requião sempre bate na mesa, sempre dá murro, brigando e às vezes esbrachando com a Justiça, se sentindo prejudicado. Na hora que a Justiça dá uma liminar em favor de funcionário, do pequeno, o Governador não cumpre. Daí também ele não tem direito de ficar falando mal do Poder Judiciário. O primeiro e bom exemplo deve partir do próprio Governador. Se a Justiça deu uma liminar a favor dos servidores do HU, cabe ao Governador, apenas e tão-somente, cumprir esta liminar que é em favor dos funcionários contratados por teste seletivo para o HU de Londrina.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Segundo orador inscrito, com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputado Belinati, quero abordar primeiro um tema que acho que interessa ao senhor e aos Deputados da região de Londrina.

V. Exa. sabe que temos hoje o lançamento da pedra fundamental da usina de Mauá. E tanto V. Exa. como outros Deputados que são da região, têm feito um debate a respeito dessa usina.

Nós aqui, diversas vezes tocamos neste assunto. É uma usina que deve ser construída entre Ortigueira e Telêmaco Borba, que vai gerar mais de 360 megawatts de energia, mas tem um problema de inundação de uma área, em que pese essa usina já ter o parecer favorável da própria Secretaria do Meio Ambiente. Há alguns questionamentos sendo feitos no 4º Tribunal Regional Federal em Porto Alegre. Há obviamente a questão que atinge Cambé, também outras da região, porque é o possível problema da contaminação da água pelas minas de carvão que existem naquela região e também pelo carvão colocado a céu aberto que ficará submerso.

Mas, temos uma preocupação maior, Deputado Belinati, que é o que acontecerá com cerca de 250 famílias que hoje estão próximas daquele rio, que é o Tibagi e que até o momento feito o lançamento da pedra fundamental, hoje, essa usina deverá vender a energia já em 2011, é uma energia contratada. Mas, o que nos preocupa sempre, alguns dos Srs. Deputados estiveram presentes numa Audiência Pública pela Frente Parlamentar aqui, de acompanhamento do potencial energético, onde ficou esclarecida a questão do meio ambiente, mas ficou a preocupação muito grande com os ribeirinhos. E no dia de ontem, tivemos uma conversa com o Presidente da Itaipu, o Jorge Samek, que por sua vez fez contatos com pessoas ligadas a essa área, e devemos ter nos próximos dias uma reunião com a Secretaria do Meio Ambiente, Secretaria da Agricultura, técnicos e Diretores da COPEL, Assembléia Legislativa e os ribeirinhos. A proposta, ainda que informal, é que tenhamos uma área naquela região bastante razoável, que possa receber essas 250 famílias, e que as pessoas tenham um projeto semelhante àquele que foi feito com a usina de Caxias, onde, além do núcleo habitacional, em torno de 30 pessoas, haverá escola e a parte de comércio. No projeto, Deputado Belinati, as coisas são bastante razoáveis.

Particularmente, espero e acho que todos que estão aqui esperam que isto, de fato, aconteça. É claro que ainda teremos, como falei aqui, a demanda por conta da água, que serve Londrina, serve Cambé, serve mais cinco municípios e as outras quatro usinas que se pretende construir, Jataizinho, Cebolão, outras usinas que se pretende construir ao longo do curso do rio Tibagi.

Mas, neste momento, quero crer que estamos fazendo, a Assembléia Legislativa está fazendo um papel que é determinante para que tenhamos, nas próximas semanas, pelo menos o encaminhamento em definitivo para a situação daquelas pessoas. Não é mais possível que continuemos achando que 200, 250 ou 300 famílias possam sair - alguns depois de 40, 50 anos que estão morando naquele local - apenas pelo valor da propriedade. São quase todas elas pequenas propriedades rurais, propriedades com quatro, cinco, seis alqueires e que as pessoas, se saírem de lá pelo valor da propriedade, Deputada Luciana, receberão em torno de R\$ 15, 20, 30 mil, ou seja, irão engrossar, na verdade, as favelas das grandes cidades, irão se transformar em pessoas que não terão absolutamente nada. Além de não terem nenhuma esperança, não terão absolutamente nada material para si, e o que hoje nos foi informado num primeiro momento pelo Dr. Cabral ...

(Término do tempo...)

Passa a usar o horário da Liderança do PT

... inclusive informado já no dia de ontem, tive contato com o Dr. Cabral, que é um dos Diretores da COPEL, e a informação que obtivemos é que vai se tentar

fazer um projeto semelhante, Deputado Luiz Carlos Martins, àquele da usina de Salto Caxias, que a Deputada Luciana Rafagnin conhece, porque é da sua região, e sabe que se conseguirmos um projeto semelhante aqui na usina de Mauá, não tenho dúvida que iremos repeti-lo também nas outras possíveis usinas que acontecerão, caso aconteçam, no rio Tibagi.

Temos aqui também um projeto de tombamento dos três principais rios paranaenses: o Tibagi, o Ivaí e o Piquiri. É claro que tanto o rio Piquiri como o Ivaí são rios que não têm, pelo menos num primeiro momento, aproveitamento do potencial hidrelétrico, até pela sua formação. O principal desses três é o rio Tibagi.

E o que, no domingo, também pudemos conversar, ainda que informalmente, com algumas pessoas da área do meio ambiente, é que se tivermos que abrir mão, o estado do Paraná tiver que abrir mão do rio Tibagi, que possamos preservar os outros dois rios, porque aí deixaremos para as gerações futuras rios limpos, rios que não terão nenhum tipo de impacto de barragem, e neste caso específico do rio Tibagi as usinas que porventura forem construídas, poderão ter, aí sim, a condição de oferecer àqueles que serão impactados pela construção das usinas, oferecer condições para que a sua vida melhore e não piore. É claro que elas saem do local onde passaram parte de suas vidas, seus pais, seus avós, mas possivelmente elas estarão numa condição muito melhor se tiverem como sair dali e não precisar vir para grandes centros urbanos, às vezes até se colocar numa situação quase que de mendicância, em paralelo àquilo que elas fazem hoje.

Então, acho que é preciso que coloquemos isto aqui e gostaria muito que a Deputada Rosane, que está licenciada desta Casa porque concorre a uma vaga a Prefeitura de Araucária, ma acho que se tivermos êxito nesta tarefa, boa parte dele se deverá à iniciativa da Deputada Rosane, que propôs desde o início, há alguns meses atrás, que tivéssemos aqui uma Frente Parlamentar, preocupada com a qualidade da água para Londrina, preocupada com a quantidade de pessoas que serão desalojadas, com o que acontecerá naquela região com o meio ambiente, com o rio que perderemos parte do seu curso e acho que teremos, no mês de outubro, novembro, condições de dar uma resposta à sociedade, e espero que principalmente possamos dar uma resposta àquelas 250 famílias, cerca de 1 mil e 500 pessoas que hoje estão extremamente ansiosas, porque no dia de hoje o Presidente Lula faria, ou ontem, faria o lançamento da pedra fundamental da usina de Mauá, e obviamente não veio porque estava na reunião que está debatendo a crise da Bolívia, no Chile. Não veio também para a inauguração da nova fábrica, ou do novo empreendimento que a Klabin está fazendo, que a torna uma das 10 maiores produtoras de papel do mundo, uma das maiores, se não a maior da América do Sul, mas essas famílias não podem esperar, essas famílias vão ter que ter uma resposta e uma resposta satisfatória. Com isso, acho que resolvemos parte do problema e espero que essa parte seja justamente a parte dos moradores. Uma usina que vai consumir R\$ 1 bilhão e 200 milhões, certamente tem condições de alojar essas pessoas.

Quero aqui também dizer do empenho e da boa vontade que está havendo por parte tanto do Presidente da Itaipu, Jorge Miguel Samek, quanto do Dr. Cabral que nos procurou ontem, Dr. Rubens Ghilardi também já se manifestou nesse sentido, diversas pessoas estão hoje buscando, finalmente, como a Assembléia Legislativa, uma solução e cumprindo o papel que nos cabe.

Deputada Luciana, lhe concedo o aparte.

A Sra. Luciana Rafagnin (PT)

Obrigada, Deputado Tadeu. Quero parabenizar V. Exa. pelo pronunciamento e dizer que essa também é uma preocupação desta Parlamentar. Estamos acompanhando já há algum tempo as famílias que foram atingidas pela construção de barragens e sentimos que esse é um problema quase nunca resolvido, ou não resolvido no todo. Temos essa preocupação, porque além do que V. Exa. falou, que é a questão do valor dos bens da propriedade e seus bens, mas também tem que se levar em conta que muitas famílias estão ali há muitos anos, até 70 anos, têm toda a história de família, tem a questão das raízes na propriedade, tem toda a questão cultural da comunidade, do município. Isso tudo tem que ser levado em conta, e o que nos preocupa é que muitas vezes, como não são indenizadas no valor correto, depois essas famílias, muitas delas, acabam se somando às favelas, como V. Exa. muito bem colocou.

Estamos acompanhando este trabalho, até mesmo pelo MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens, e sabemos da preocupação que o movimento tem e que é uma preocupação correta e que obviamente todos nós Parlamentares devíamos ter. Claro que não podemos simplesmente ser contra a construção, mas também não dá para sermos só a favor e deixar as coisas acontecerem como estão. Precisam ser ouvidas as famílias, precisam ser respeitadas e acima de tudo tem que ser feita a indenização antes das famílias saírem das suas propriedades. Caso contrário, as famílias ficam sem saber para onde ir e sem saber o que fazer da vida. Não é justo para quem trabalhou uma vida toda, quem construiu lá sua família, tem a sua propriedade, simplesmente tem que sair, sem ser levado em conta nada, até a questão afetiva das pessoas que estão lá. Precisa também ser considerado isso, o lado emocional, o lado familiar.

Espero que possamos fazer um debate maior nesta Casa e concordo plenamente com V. Exa. em relação à Frente Parlamentar, porque assim poderíamos acompanhar, mais de perto, todos os problemas de todas as construções de Pequenas Centrais Hidrelétricas que estão para ser construídas. Sabemos que no sudoeste deve ter muitas delas para serem construídas e existe esta preocupação por parte das entidades da agricultura familiar, por parte dos pequenos agricultores, e precisamos fazer esse debate aqui nesta Casa.

Obrigada pelo aparte.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Obrigado, Deputada Luciana.

Apenas para complementar, a proposta que se faz hoje, e esperamos que isso seja materializado do ponto de vista formalizado, inclusive documentado, é que as pessoas, ao invés de receberem indenização em dinheiro, que a recebam em terras, na região, ou seja, quem mora na região de Telêmaco, Mauá da Serra, na região de Ortigueira, receberá em terras, naquela região, uma quantidade equivalente ou maior do que aquilo que tem hoje, até porque ele precisa ser indenizado porque não chamou a usina, não pediu a usina, ele está lá muito antes de se pensar na usina e a usina, de fato, vai criar um transtorno à essas pessoas. Então, é justo que elas tenham uma compensação, não monetária, mas uma compensação do ponto de vista social.

Espero que possamos fazer isso e, também como V. Exa. já lembrou, Deputada Luciana, nas próximas usinas, não tenhamos que primeiro ter a usina para depois correr atrás. Acho que antes de fazer a usina, que saibamos como resolver o problema das pessoas. Esse é o nosso principal objetivo.

Sr. Presidente, o segundo assunto que me traz aqui é apenas uma constatação. A Justiça Eleitoral de Foz do Iguaçu proibiu que crianças apareçam no horário gratuito. A apropriação da imagem seria um desrespeito às normas do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Acho que é uma decisão acertadíssima que toma a Justiça Eleitoral de Foz do Iguaçu. Faço parte, em nome da Assembléia Legislativa, do CEDECA. Temos dito o tempo todo que a nossa prioridade é a proteção da criança e do adolescente. É inadmissível. Durante toda a campanha eleitoral, sabemos que aparecem àquelas cenas em todos os partidos, é Deputado, é Vereador, é Prefeito, é candidato aqui, é candidato lá, com criancinha de colo. Agora virou uma coisa absurda.

Existe um horário eleitoral gratuito, um dos programas que chega ao ridículo, acho que isso a Justiça Eleitoral teria que olhar, ao ridículo de dizer para que crianças liguem, crianças peçam votos, crianças digam em quem votar. Isso é, literalmente, abusar da imagem de crianças. Se nós adultos nos comprometemos contra o uso da imagem, contra o abuso de crianças, não é possível que no horário eleitoral gratuito, passamos, nós todos que fazemos políticas - não sei quem faz isso, que pensa isso, quem é a pessoa do marketing, porque não pensa na criança, não quero entrar no mérito, acho que não é partido A, B ou C - acho que é um equívoco do marketing fazer isso, pegar uma criança, colocar na televisão e pedir para que ela peça voto para o seu pai, para que ela peça voto para a sua mãe. A criança, na sua ingenuidade, tem que ser protegida. Não é possível, mesmo que ela concorde, mesmo que seus pais concordem, não é possível que à essas crianças se dê voz. Não é possível que olhemos essas crianças, ser dada voz à essas crianças, ser dada

imagem à essas crianças, e essas crianças se transformem em pequenos garotos-propaganda, ou garotas-propaganda, em nome de um processo eleitoral. Talvez, mais tarde elas não gostem de se ver naquele programa, mas daí as coisas já aconteceram.

Fica aqui apenas um alerta. Acho que a Justiça de Foz do Iguaçu está correta. Acho que todos os partidos deveriam pensar que antes de colocar a criança num programa eleitoral, eles teriam que atingir primeiro o adulto e, talvez deixar que essas crianças daqui a cinco, 10, 15 anos, possam decidir definitivamente qual será a sua opção, qual será a sua orientação ideológica.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Elio Rusch, e em seguida o Deputado Stephanes Júnior.

Deputado Elio Rusch (DEM)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

De uma forma especial, queria cumprimentar os alunos do Colégio Nilson Francheski, lá do distrito de Ibioporã, o município de Marechal Cândido Rondon, que estão presentes assistindo ao menos parte da Sessão da Assembléia Legislativa no dia de hoje. Acompanhados da professora Rosa Caldeira, como já foi editado pelo eminente Presidente da Casa, Deputado Nelson Justus e, também, pela Diretora do Colégio, a professora Mari Lurdes e a professora Laudete, que estão acompanhando os alunos lá do distrito de Ibioporã. Sejam bem-vindos, um boa estada na nossa querida capital do estado, Curitiba. Com toda certeza é uma viagem não só de turismo, mas uma viagem de trabalho e de conhecimento para os alunos que estudam no ensino médio lá no distrito de Ibioporã.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que nos traz a ocupar o Pequeno Expediente, se o Presidente também nos permitir, com toda certeza, parte do Grande Expediente, é sobre um assunto que chama a atenção dos paranaenses. São duas coisas: temos o PAC, que foi anunciado pelo Governo Federal, que destina obras para todos os estados e, também, tem o orçamento que é anual.

Dei-me ao luxo de pegar o PAC de Santa Catarina, o que está destinado para o estado de Santa Catarina e, também peguei o que está destinado para o estado do Paraná. Temos no estado de Santa Catarina, na questão estratégica, ou seja, na infra-estrutura, que é necessária para desenvolver um estado, e sempre falamos que o estado só se desenvolve, o país e os municípios só se desenvolvem quando há parceria entre o Poder Público e o setor privado, ou mesmo a sintonia, porque quem gera emprego não é o Poder Público, mas quem gera emprego é a iniciativa privada e o Poder Público, em todas as esferas, a nível federal, estadual ou municipal, tem que buscar na iniciativa privada a parceria para que essa empresa possa se estabelecer no seu estado, no seu município e, no caso no Brasil, no nosso país.

Mas temos que dotar o nosso estado da infra-estrutura necessária para que a empresa possa se estabelecer, e com a empresa estabelecida, temos que conseguir exportar a nossa produção, seja agroindústria, seja automobilística, seja qualquer uma dessas empresas. E aí nos chama muito a atenção, porque no PAC, o estado de Santa Catarina está contemplado com 21 ações na questão estratégica para o desenvolvimento, para o fomento e para o crescimento do seu estado, enquanto o estado do Paraná estaria contemplado em apenas 12 ações para a infra-estrutura ou na questão estratégica.

Então, vejam que Santa Catarina, praticamente, recebe no PAC o dobro daquilo que está previsto para o estado do Paraná. Não estou falando em valores, mas estou falando de ações que são necessárias. Não adianta abrimos uma indústria em Marechal Cândido Rondon, em Cascavel, ou em Toledo, se não tivermos condições de escoar essa produção para o centro consumidor. Não adianta o Paraná ser um produtor de produtos para a exportação se não temos a infra-estrutura necessária no porto para que seja exportado. E o que está acontecendo para o próximo ano?

Passa a usar o horário da Liderança do DEM

Sr. Presidente, veja o orçamento para o próximo ano. Deputado Traiano, Deputado Plauto, vejam o que está previsto de obras no orçamento para o ano que vem! De obras novas previstas no orçamento da união, temos apenas uma obra, que é a ponte em Foz do Iguaçu ligando com o Paraguai. Essa é a única obra na questão estratégica, no desenvolvimento, na infra-estrutura.

Agora, vejam os Srs. Parlamentares, o que está previsto para o estado de Santa Catarina: a BR-282, trecho de São José Serrito a Campos Novos; a BR-282, trecho de São Miguel do Oeste à fronteira do Brasil e a Argentina. E aí, Deputado Ademar Traiano, veja o que o Governo de Santa Catarina está fazendo: ele busca recursos do Governo Federal para levar essa rodovia até a fronteira de Santa Catarina e com isso traz a infra-estrutura necessária para que a Argentina use, via Paraguai e Argentina, os portos de Santa Catarina, que são Itajaí, São Francisco, Itapoá em construção, Navegantes e Imbituva. São esses portos que vão receber, através dessa rodovia, que têm previsão para construção no ano que vem.

E vejam mais: adequação da BR-470, trecho Navegantes; adequação da BR-101, trecho de Palhoça; adequação da BR-280, trecho São Francisco do Sul a Jaraguá; adequação da BR-101, acesso rodoviário ao porto de Itajaí; a construção do terminal de passageiros e sistema de pistas e parte de estacionamentos de veículos e acesso ao porto internacional de Florianópolis; a construção do berço 401-A no porto de São Francisco do Sul; o realinhamento e o esforço estrutural no berço 201, em São Francisco do Sul; a dragagem.

Deputado Geraldo Cartário, o Governo Federal vai fazer a dragagem no porto de Imbituva, com 190 mil m³ de areia que será retirada; a dragagem do porto de São Francisco, com 400 mil m³; a dragagem do porto de Itajaí, com 1 milhão e 600 mil m³; a construção da barragem do rio do Sal.

Então, vejam, Srs. Deputados, o quanto já lutamos aqui na Assembléia, o quanto já debatemos o porto de Paranaguá. Quer dizer, o atual Superintendente, quando ele assumiu, o Sr. Eduardo Requião, ele rompeu, extinguiu um contrato que tinha com a empresa Bandeirantes que fazia a dragagem do Canal da Galheta, e o nosso calado que é de 14 metros, baixou para 11,30m. O calado para o porto de Antonina, que era 8,10m, baixou para 7,10m. E nós estamos aqui a ver o que? Navios. Hoje está proibida a entrada de navios com mais de 225m do porto de Paranaguá no período noturno. Por quê? Porque o canal que tinha 200m de largura reduziu para 90, e nada se faz no porto de Paranaguá, e agora está no orçamento da união a dragagem dos portos de Santa Catarina. E o que nós vamos fazer?

O Governador do Estado do Paraná é companheiro do Presidente da República, ele é do PMDB, é seu companheiro. Será que faltam ações políticas, ou o quê falta? O Paraná não pode ficar para trás, Deputado Nelson Justus. Quando V. Exa. foi Secretário de Indústria e Comércio, as indústrias que vieram para o Paraná, a nossa região foi beneficiada, graças à Cooperativa COOPAGRIL, que instalou um frigorífico de aves que gera hoje 2 mil empregos diretos, graças à sua ação, graças à ação do Governo passado. A CEVAL em Palotina, a COOPAVEL em Cascavel, a LAR em Medianeira, são todas indústrias que vieram pelos incentivos que se ofereceu. E agora estamos vendo que o Governo Federal faz o quê? Ele dá recursos para Santa Catarina se desenvolver cada vez mais. E para o Paraná e o nosso porto?

O Sr. Geraldo Cartário (PDT)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Elio Rusch, quero cumprimentá-lo, o assunto que V. Exa. traz é de suma importância, visto que a televisão da Assembléia Legislativa está passando praticamente para o Paraná inteiro, e o paranaense deve estar perguntando, e se V. Exa. pudesse responder essa pergunta de quem está ouvindo, o porquê de tudo isso.

Estamos com 30 Deputados Federais em Brasília, mais que em Santa Catarina, estamos, a exemplo de Santa Catarina, com três Senadores, o Brasil está vivendo um momento como nunca viveu antes, de grandeza pelo crescimento global, o PIB no Brasil está passando de seis pontos. Então, por aí V. Exa. veja a grande oportunidade que está se oferecendo aos governantes. Será que o Paraná precisa de uma vez mais ter alguém agraciado com título de Cidadão Honorário pelo estado de Santa Catarina? Será que nós paranaenses não temos a alta afirmação de uma independência e de grandeza

junto a Brasília, para trazer ao Paraná o que Santa Catarina está recebendo? V. Exa. poderia dar nome aos bois, o porquê de tudo isso. Certamente que não é só o Governador Requião que é o culpado, nós temos uma Câmara Federal, um Senado.

Agora, V. Exa. lembra que fomos nós Deputados, aqui, que aprovamos a venda das ações da TELEPAR para que o Governo do Estado construísse a estrada de São José dos Pinhais a Garuva. Que achei um absurdo! Dinheiro do povo paranaense para incentivar o progresso que aconteceu em Santa Catarina!

Se puder, dê nome aos bois. Diga porquê está acontecendo tudo isso.

Muito obrigado.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB) (Aparte)

Gostaria só de informar V. Exa. que vou responder, no Grande Expediente, o seu questionamento em relação à questão da industrialização do Paraná. Tenho dados aqui para que todos tomem conhecimento.

Muito obrigado.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Vou trazer, após as eleições, as maiores empresas que mais contribuem com o ICMS e em que época vieram.

O Sr. Plauto Miró (DEM) (Aparte)

Ouç com atenção seu pronunciamento, e nos preocupa em ver os demais estados da federação conseguindo, junto ao orçamento da união, recursos para seus estados.

Sugiro até que a autoridade maior do Paraná, o Governador do Estado, que possa fazer um trabalho de interferência junto à Bancada Federal, e que coordene uma ação de reivindicação junto ao Governo Federal, colocando no orçamento da união, recursos para obras importantes para o nosso estado do Paraná.

É possível. Os Governadores de outros estados fazem isso. Eles fazem um orquestramento, um trabalho com a Bancada Federal para que defenda, através das emendas, posições dentro do orçamento da união.

Infelizmente, aqui no Paraná, o Governador do Estado não faz isso. Ele é obrigado com um boa parcela da Bancada Federal e também com representantes do Senado da República. Parece que isso traz prejuízos para o estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Não posso culpar nem A nem B. Mas cabe ao Governador do Estado do Paraná essa articulação com a Bancada Federal. Mas principalmente nos Ministérios, quando da elaboração do orçamento. Quando o Governo Federal manda o orçamento para o Congresso Nacional, ele já foi discutido e debatido. Então, cabe aos Chefes Estaduais se mobilizarem com suas representações nos Ministérios, no ato da elaboração do orçamento.

Essa articulação faltou ao Paraná por parte do Governo do Estado. Ainda mais quando se trata de companheiros. Não precisa apresentar emendas individuais, coletivas, para trazer alguns benefícios na infra-estrutura. Precisa, sim, se articular antes de mandar o orçamento para o Congresso Nacional.

Nós temos nossos Ministros. Temos o Reinhold Stephanes, o Paulo Bernardo, que é Ministro da Fazenda, temos outras pessoas em Brasília que podiam se articular, mas sob a orientação de alguém. E quem é o Líder maior? É o Governador do Estado do Paraná, que precisa fazer o que o Governador de Santa Catarina fez. São obras novas, não são obras em andamento, estão previstas para o ano que vem. Então, Santa Catarina está dando de goleada no Paraná na questão da infra-estrutura, e o que for para lá não volta mais para o Paraná. Essa é a nossa preocupação e só gostaria que isso não se repetisse mais, mas que os próprios Governos, independente de PSDB, Democratas, PT, PMDB, PDT, quem for o Governador, mas temos que nos articular. Não podemos perder para os outros estados.

Seria isso, Sra. Presidente. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Próximo orador inscrito, ainda no Pequeno expediente, com a palavra o Sr. Deputado Stephanes Júnior. Informo V. Exa. que seu tempo é de cinco minutos.

Deputado Stephanes Júnior (PMDB)

O SR. STEPHANES JÚNIOR

Sra. Presidente desta Sessão, Deputada Cida Borghetti; Deputado Teruo Kato; Deputado Jonas Guimarães.

Quero pegar um gancho no que o Deputado Elio Rusch falou e saudá-lo pela presença dos estudantes de Marechal Cândido Rondon, nossa pequena Alemanha aqui no Paraná.

Eu abordo um tema que me preocupa, que é a questão dos nossos produtores e agricultores que hoje vivem no Paraguai. Criou-se um clima na América do Sul contra o Brasil que não sei de onde vem. Não somos um país imperialista e não queremos nos apossar de nada. Esses agricultores foram trabalhar, morar no Paraguai e compraram sua terras legalmente, e hoje, há uma situação de desapropriação das suas terras e, também, uma hostilização por parte de alguns setores da política do Paraguai com relação a esses brasileiro que lá vivem, sendo que boa parte desses brasileiros é aqui do Paraná. Temos quase 300 mil brasileiro que vivem lá e que acho que devem ser tratados com dignidade. Acho que o nosso Governador tem que olhar esse assunto.

Da mesma forma, me preocupa a situação na Bolívia, hoje. O que está acontecendo lá, infelizmente, com essa briga entre Oposição e Situação, se radicalizou porque o Evo Morales teve seu mandato num plebiscito, há dois meses atrás, assim como todos os Governadores de Oposição tiveram seus nomes ratificados. Com essa ratificação

ele achou que poderia impor uma Constituição marxista, sem 2/3, mas com maioria simples, se modificado no Congresso. Ele criou impostos sobre esses estados da Bolívia radicalizou-se as posições e com isso, hoje, o Brasil, que tem um único fornecedor de gás, no momento, também fica sujeito a essas mudanças.

Antes de continuar com esse assunto, quero dizer que os agricultores do Paraguai plantam soja, milho, trigo e até acerola, e eles estão sendo marginalizados lá. Acho que temos que tomar cuidado com relação a esse assunto, porque são na maioria paranaenses ou seus filhos, que hoje já são brasiguaios, como chamamos.

Então, quero pedir uma atenção especial no caso do Paraguai e até na situação da Bolívia porque, na realidade, há uma situação de conflito de uma imposição do Presidente, de uma nova Constituição que ele quer aprovar no país, de fundo marxista, com idéias ultrapassadas, criando impostos e privilegiando setores étnicos do país. Isso acaba criando uma situação de conflito. Desejo que isso acalme, porque prejudica o Brasil, prejudica nossa economia e ninguém quer o mal de ninguém.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Sr. Deputado Alysson Wandscheer.

Deputado Alysson Wandscheer (PPS)

O SR. ALYSSON WANDSCHEER

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores que estão assistindo à TV Assembleia, imprensa aqui presente.

Venho salientar algumas questões muito importantes que têm ocorrido em Fazenda Rio Grande, quanto ao desenvolvimento da cidade, quanto ao que a cidade tem ganho nesses últimos tempos. Começando a falar sobre isso, tenho que salientar que passamos de um orçamento, falando em números redondos, em torno de 16, 17 milhões para 70 milhões em sete anos. Isso é muito importante, é o desenvolvimento da cidade. Isso aconteceu porque houve geração de emprego, porque as empresas estão produzindo mais. Temos visto a olhos nus o que tem ocorrido no desenvolvimento da cidade.

Vimos isso na matéria da Gazeta do Povo há uma ou duas semanas atrás, onde foi falado que a Fazenda Rio Grande está entre as emergentes da região metropolitana. Uma cidade que saiu da lama e está indo para se equilibrar junto com São José dos Pinhais e Araucária. Tenho que deixar um pouco os méritos para a população de Fazenda Rio Grande e também para o Prefeito Toninho. Não é por ele ser o meu pai, mas ele fez um grande trabalho frente à Prefeitura, colocando-a entre as grandes da região metropolitana, como a Gazeta do Povo salientou. Essa não é uma conclusão minha. É uma conclusão da grande imprensa que tem observado.

Nesses sete anos, a Fazenda Rio Grande está entre as 100, que o PIB, *per capita*, do Brasil. Só isso já demonstra que houve um crescimento, em todos os sentidos, não apenas populacional, Deputado Geraldo Cartário, mas em todos os níveis e índices. Creio que a Fazenda Rio Grande está no caminho correto e a sua população tem demonstrado com grandiosidade o que tem acontecido na questão de estruturação da cidade e de renda da população. Esses índices são importantes, nos quais podemos analisar o que ocorreu na cidade.

Estou falando de Fazenda Rio Grande, porque lá é o meu domicílio eleitoral e de lá tenho que tirar como base o que vem acontecendo. Acho interessante comentar hoje, porque o Deputado Strapasson foi quem começou a questão do transporte. Hoje estão algumas arteriais, que eram para ter acontecido há muito tempo atrás, com as obras em andamento juntamente com o terminal rodoviário, que já iniciou a obra. Tudo demonstra que a Fazenda Rio Grande está no caminho certo, trabalhando para o crescimento e desenvolvimento.

Tenho que falar algumas coisas que estão acontecendo, principalmente na questão política e eleitoral da cidade. Com a licença dos Deputados, tenho que salientar aqui algo muito triste que ocorreu no domingo, na Fazenda Rio Grande, onde teve uma cidadã que, juntamente com o seu filho, foi agredida na rua, quando entregava um panfleto. Tenho esse panfleto em mãos se alguém quiser analisar. Tratava-se de um Promotor Público da Fazenda Rio Grande, que recebeu uma denúncia de um convênio. O Promotor poderia aceitar ou não essa denúncia. Ele aceitou, e essa denúncia por coincidência, é contra um dos candidatos à Prefeitura da Fazenda Rio Grande. Essas pessoas estavam entregando cópias do despacho do Promotor. A convocação desse tal candidato, que não vem ao caso eu citar o nome dele, era para que ele comparecesse para dar explicações sobre aquele convênio e tais irregularidades possíveis naquele documento.

Esse documento estava sendo entregue por um dono de jornal da cidade. Acho que houve toda a questão do inquérito na Delegacia e tudo o mais. Mas essa mulher, juntamente com o seu filho, estavam andando na rua, por ser domingo. Algumas dessas pessoas desse candidato, que tinham que responder questões de irregularidades perante a Promotoria, relativas às contas da APAE, acabaram agredindo a mulher e o filho. Isso está filmado. O filho pedindo pelo amor de Deus para não baterem na mãe dele. E as pessoas, na ânsia, achando até que aquilo poderia ser alguma coisa falsa, alguma questão que não era verdade, acabaram passando daquilo que acho que a democracia deixa. Partindo para a agressão, colocando uma criança de 10 anos à força no carro, como se fosse qualquer pessoa, levando para a Delegacia. E na Delegacia tudo se observou.

Passa a usar o horário da Liderança do PPS

Então, essa pessoa acabou sendo agredida, foi para a Delegacia, onde foi visto que aquele papel era verdadeiro, e ele vai ter que responder perante a Justiça se tem ou não razão. Mas, acho que se perde a razão quando há agressão, onde a população filma e leva. Quem filmou foram os moradores da rua. Isso é querer ganhar a qualquer preço, assumindo qualquer risco, e isso não podemos admitir. Quem faz isso pode fazer coisas piores. Temos que deixar claro. Eleição tem de dois em dois anos. Mas, primeira coisa, temos que respeitar a população, respeitar as pessoas que estão lá trabalhando e principalmente porque não era nem material eleitoral. Era questão de um jornal e ele, na ânsia de informar a população, porque ela tem que saber em quem está votando, acabou entregando alguns papéis. Isso é um outro caso, ela fez corpo de delito e a Justiça vai ver. Temos que pedir providências ao Secretário da Segurança, da Polícia Militar, do Governador do Estado, para que isso não ocorra, porque na Fazenda Rio Grande já aconteceu nessa mesma eleição um problema e não podemos deixar acontecer coisas piores.

Cedo aparte ao Deputado Cartário.

O Sr. Geraldo Cartário (PDT)

Agradeço e enalteço a presença de V. Exa. na tribuna, porque se trata de um representante também de uma cidade que tem demonstrado um crescimento fantástico, a cidade que mais rapidamente se transformou em município, se transformou em comarca. Mas, gostaria de reparar alguns erros, não que o Deputado Strapasson não mereça, mas o programa da região metropolitana especial não foi do Governo Requião, nem do Deputado Strapasson. Ele começou em 2002, no Governo Jaime Lerner. Tenho a documentação no meu gabinete.

Também queria dizer que realmente o crescimento do orçamento da Fazenda Rio Grande é fantástico. Cumprimento a toda a população que acreditou na cidade e lamento que o meu filho, como primeiro Prefeito, tivesse um orçamento menor do que a Câmara dos Vereadores da Fazenda Rio Grande tem hoje. Ou seja, ele tinha um orçamento para administrar o município e ainda tinha que passar dinheiro para a Câmara dos Vereadores. O seu pai trouxe, com o seu conhecimento empresarial, uma continuidade a esse fator de a cidade se transformar em uma grande cidade.

Com respeito ao programa de segurança eleitoral, gosto sempre de dar os nomes. Lamentavelmente não posso fornecer aqui o nome do marginal, do bandido que atirou na minha filha. Mas, queria dizer o seguinte: que pela minha experiência política de 35 anos de mandato, por sinal sempre o mais votado na Fazenda Rio Grande, acredito que nenhum dos quatro candidatos a Prefeito que restaram, tivesse encomendado ou atirado na minha filha. Mas me preocupa aqueles que o cercam. Imagine se

aqueles que o estão seguindo, aquele grupo de fanáticos, de puxa-sacos, se um desses grupos, o candidato deles ganhar para Prefeito, vamos ter quatro anos de inferno na Fazenda Rio Grande.

Por isso que estamos aqui pedindo, uma vez mais, que haja esforço para se mostrar à população da Fazenda Rio Grande quem realmente está por trás e do interesses havido em atirar na minha filha.

Com respeito a domingo eu vi, porque foi filmado por pessoas da vizinhança, da rua, eu vi que se tratava de pessoas do candidato Chico Santos. Eu já estou falando, porque não gosto de ficar omitindo, porque se eu soubesse quem atirou na minha filha eualaria aqui, aliás, eu iria atrás dele. Era diferente. No entanto, eu vi o filme e se trata de pessoa ligadas ao candidato Chico Santos, que entre outras coisas que vi no filme, arrastaram uma criança de 10 anos, e hoje eu vi aqui um pronunciamento na Casa, não sei quem foi o Deputado, não lembro agora, que falava precisamente, acho que foi o Deputado Belinati, que falava de jovens envolvidos na campanha. E lá não era o jovem que estava envolvido, lá os jovens estavam na rua onde estavam distribuindo o material oficial do Ministério Público, e que foram arrastados, uma criança de 10 anos arrastada para dentro do carro, uma mulher foi também jogada para um canto, outra fugiu, e foi um terror na rua, porque estavam entregando um documento do Ministério Público.

Ora, isto também temos que analisar que está sendo provocado a nível nacional, quando as associações do Ministério Público, dos Magistrados, mostram que tem que oferecer e mostrar a ficha suja dos candidatos. Acho que tudo isso está tumultuando um processo que não sou contra, não, mostrar a ficha suja, mas muitas vezes são calúnias levianas, como é o caso do meu amigo Belinati, de Londrina, que nunca fez nada de errado, a prova é que o povo o quer como Prefeito. No entanto eles querem dizer que tem denúncias, processos. Isso é um absurdo!

No entanto, Deputado Alysson, queria dizer que a sua experiência nesta Casa é muito válida para a juventude da Fazenda Rio Grande, que certamente vão se espelhar no seu trabalho, no trabalho dos nossos companheiros da Fazenda Rio Grande, para dizer que a Fazenda Rio Grande não tem assassino. Certamente quem atirou na minha filha foi um encomendado de fora. O povo da Fazenda Rio Grande é bom, e você concorda comigo, certamente, porque o povo é bom até demais, porque está agüentando um absurdo nesta campanha, um absurdo, uma infiltração do poder de Curitiba na cidade, de poderes estranhos na cidade, que estão chegando constantemente.

Mas deixar, então, bem claro ao povo da Fazenda Rio Grande que nos ouve, talvez, através da televisão, que não se assustem, que tudo será clareado e eu não descarto a possibilidade de ser candidato a Prefeito, para poder também competir, porque ninguém nasceu para ganhar sempre. Eu ganhei a eleição nos meus 35 anos, um dia vou perder, e se for agora não tem problema nenhum. Só queria que a Justiça do Paraná interpretasse a

minha transferência do título e me deixe ser candidato para que o povo da Fazenda Rio Grande julgue. É só isso que eu peço para a Justiça do Paraná. Deixem o povo da Fazenda Rio Grande votar. Apenas isto.

Obrigado pelo aparte.

O SR. ALYSSON WANDSCHEER (PPS)

Concluindo o meu pensamento sobre esta questão. Temos que começar, acho que reunir os candidatos e lideranças da cidade, para que essa eleição não acabe de uma forma que não queremos que acabe, com tragédias, porque isso já foi uma tragédia, mas acima de tudo queremos que os candidatos, e não só os candidatos, porque creio que isso não vem dos candidatos, isso vem, às vezes, das pessoas que estão em volta, como até o Deputado Cartário falou, mas que as pessoas coloquem a mão na consciência e vamos disputar voto, vamos conversar com a população, colocar as propostas, e a melhor proposta ganhe, sem que haja agressão, sem que haja ninguém acabando morto ainda na cidade.

Com o aparte o Deputado Strapasson, depois ao Deputado Chico Bühler.

O Sr. Edson Strapasson (PMDB)

Deputado Alisson, primeiramente quero fazer o aparte aqui, no sentido de esclarecer o Deputado Cartário que quando somos nomeados, empossados numa função pública no Poder Executivo nós não administramos recursos que são nossos, nem do Governo Requião, nem do Secretário A ou B, nós administramos um orçamento aprovado naquele tempo.

É importante citar que esse programa de investimento de integração do transporte coletivo foi proposto, foi buscado no Governo Jaime Lerner, sim, mas é importante dizer que não foram viabilizados recursos exatamente porque o Governo do Estado não tinha capacidade de pagamento, ou seja o estado não tinha condições de saúde financeira, naquele momento, para tomar empréstimos. Portanto, foi no Governo Requião, sim, quando lá estivemos que se viabilizou este programa, quando o estado demonstrou saúde financeira para tomar esse empréstimo e viabilizar o projeto que foi desenvolvido, foi elaborado esse projeto no Governo do Requião, eu como Secretário conduzi esses projetos.

Quero também aqui enaltecer que tivemos sempre uma grande parceria com o Prefeito Toninho da Fazenda Rio Grande que sempre demonstrou dinamismo, empoção, participação e foi um parceiro do estado para que nós viabilizássemos esta obra, caso contrário obras importantes, estruturais na questão viária ou do terminal não teriam sido viabilizadas.

Era nesse sentido que eu queria fazer o aparte, obrigado pela oportunidade.

O Sr. Francisco Bühler (PSDB)

Confesso que o que vem acontecendo na Fazenda Rio Grande é um crime político, não sou favorável em

nenhum momento que haja violência, mas acho muito interessante que toda véspera de eleição acontece isso, é denúncia daqui, denúncia de lá.

Conheço muito bem o Chico Santos, o grande trabalho que esse rapaz fez na gestão da APAE, um trabalho extraordinário, são poucos abnegados que vão, fazem um trabalho, lutam por aquelas pessoas que precisam de alguém que as represente e o Chico fez um grande trabalho! É uma pessoa da paz, uma pessoa que conhecemos muito bem a sua maneira, não é de agredir ninguém, nunca discute, uma pessoa que sempre teve caráter, de família, de tradição.

Lamentamos que isso aconteça, mas por que agora foi acontecer isso? Por que alguém vai entregar na rua um panfleto de denúncia? Isso não é normal, é campanha política dos adversários que querem atacar a pessoa do Chico Santos. Estes dias também, teve um panfleto que ele era responsável porque não saiu o terminal da Fazenda, o amigo dele entrou na Justiça. Então se criam fatos e estes fatos são na época de eleição! Lógico que os ânimos esquentam, você sabe que você não tem o controle da questão da eleição lá, dos cabos eleitorais, infelizmente. Não somos favoráveis que tudo isso aconteça como está acontecendo na Fazenda Rio Grande, acho de bom senso quando se fala que é preciso conversar, dialogar, mas não acusações falsas e levianas contra este ou aquele porque conhecemos as pessoas que são de bem da Fazenda Rio Grande e o Chico Santos é, sem dúvida uma pessoa de bem!

Obrigado.

O SR. ALYSSON WADSCHEER (PPS)

Só vou deixar bem claro que isso não é denúncia, Deputado Chico Bühner, isso foi o Promotor Público que despachou, eu vi o papel, no dia 4 de setembro, isso é uma realidade, não questionando o que ele fez na APAE o que ele construiu ou deixou de fazer, mas isso está sendo investigado. O que foi informado foi somente a questão do papel, acho que isso é o de menos, acho que ele vai ter que responder e responder perante o Ministério Público se aquilo é verdade ou não, mas não podemos proibir ninguém de dizer que ele está respondendo processo.

Era isso, obrigado Presidente.

Grande Expediente:

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Passa-se para o horário do Grande Expediente, com a palavra o Deputado Douglas Fabrício.

Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sra. Presidente, Srs. Deputados, comunidade aqui presente, senhores e senhoras da imprensa.

Quero usar esse espaço do Grande Expediente hoje aqui, para falar um pouquinho sobre eleições também, vou falar sobre Segurança Pública.

Em minhas mãos há um documento assinado por diversas lideranças, documento da Associação Comercial, Sistema FIEP, Sindicato do Comércio e diversas outras lideranças aqui. Este documento retrata uma situação grave que vivemos, lá em Campo Mourão, com relação à Segurança. Esse documento fizemos no ano passado. Não vou falar isso aqui agora - ah, é época de eleição, ele está falando.

Venho falando sobre questão de Segurança em Campo Mourão já faz mais de 1 ano. Inclusive, esta Assembleia Legislativa fez uma Audiência Pública, em Campo Mourão para tratar do assunto Segurança Pública.

Até hoje foram 29 assassinatos, em Campo Mourão. Podem comparar com qualquer outra cidade em termos de números Campo Mourão é a pior que tem no estado do Paraná, em termos de assassinatos. Quando eu digo pior é no quesito Segurança Pública. Daí, conversamos com os empresários, fizemos Audiência Pública, o Governo se comprometeu em enviar novos policiais e outras ações. Enviou novos 40 policiais que ainda estão treinando e a informação que tenho é que esses novos policiais serão distribuídos pela região, não ficarão em Campo Mourão. Neste ano se aposentarão diversos policiais, quer dizer, vai reduzir mais ainda o número de policiais, em Campo Mourão, para atender a região. Mas o que é mais grave, assalto durante o dia, é na área rural, é no comércio, mortes.

Um grupo de empresários se reuniram e fizemos uma reunião pediram para que eu tomasse providências. Sou Deputado de lá, o povo votou em mim, é minha responsabilidade. Depois teve um outro grupo que se reuniu, secretamente. Secretamente é modo de dizer, porque eles não queriam ser identificados para fazer denúncias mais graves ainda, com relação a Polícia Civil, em Campo Mourão - Delegado Dr. Haroldo Davison.

Conversei aqui com o Secretário de Segurança, pedi uma Audiência, conversei com o Secretário, relatei os fatos. O Secretário pediu um tempo para investigar. Nesse tempo, Srs. Deputados, o Secretário mandou investigar lá em Campo Mourão, foi um grupo especial que andou investigando. Chegaram informações ao meu ouvido que o Delegado seria transferido. Só que essas informações não vieram só para o meu ouvido não, elas foram também espalhadas, porque chegou na imprensa. Chegando na imprensa, a imprensa noticiou e chegou no ouvido. Chega aqui: "O Deputado Douglas queria tirar o Delegado."

Não, não sou eu que quero tirar o Delegado, é o povo que não agüenta mais a insegurança, em Campo Mourão.

Nesse sentido o nosso Governador desinformado, o nosso Governador com esse estilo de resolver as coisas no grito. Estou vendo que lá em Paranaguá não está conseguindo resolver as coisas. Quem viu as conversas do Roque, que é o candidato dele, lá, descendo a lenha no Governador e no irmão do Governador, ele não está resolvendo. Esta violência instalada no Paraná se deve também ao Governador Requião com esse estilo arrogante de querer administrar.

Falou aqui, Deputado Elio Rusch, V. Exa. sobre o dinheiro que o estado do Paraná está perdendo em investimentos para o ano que vem e, que Santa Catarina está conseguindo muito mais. Porque tem uma forma de diálogo lá em Santa Catarina. Conversam os Deputados e em função disso vão lá em Brasília, articulam com os outros Deputados, Senadores, Ministros e conseguem recursos para os municípios para o estado de Santa Catarina. O Paraná vem perdendo nesse sentido.

Mas voltando a questão da Segurança local. Aí foram falar, o Presidente do PMDB local, de Campo Mourão e outros Augustinho que é um assessor - daqueles que ganha R\$ 12 mil por mês do povo, que é lá de Campo Mourão e trabalha aqui no Governo - foi falar para o Governador manter o Delegado. A população pedindo para serem tomadas providências com relação a Segurança Pública em Campo Mourão.

Dáí vai o Governador lá, desce em um avião - porque ele estava indo em uma cidade vizinha - desceu no aeroporto rapidamente, chega o pessoal que está fazendo o programa eleitoral e faz o Governador dizer que uma certeza que ele tem é que o Delegado vai ficar em Campo Mourão, com a insegurança que está. Não tem problema! Se ele, Requião, fica com o Delegado, o Deputado Douglas Fabrício fica com o povo. Esse é o nosso compromisso em Campo Mourão: estou defendendo o povo, o interesse da população.

Depois que isso aconteceu, aí o Delegado ficou mais forte, mas aconteceram assaltos e inclusive ontem assaltaram um comércio em Campo Mourão, que está virando uma cidade largada na questão da Segurança e, segundo denúncias da Polícia Militar para mim, eles prendem o bandido e chega lá na Polícia Civil, deixam na Delegacia e eles soltam. Está desse jeito em Campo Mourão e o Requião quer manter o Delegado! O Secretário de Segurança fez o seu papel, mas o Requião passa por cima do Secretário de Segurança, assim como fez lá em Paranaguá! Não queria intervir lá? Quer passar por cima de todos e está prejudicando Campo Mourão, o Governador.

Mas, quero demonstrar um outro dado. Tenho em minhas mãos relatos de pessoas que foram, depois desses fatos, agredidas por cabos eleitorais, como disse aqui o Alysson, mas lá tenho bem claramente, porque são dois candidatos: é o atual Prefeito contra o ex-Prefeito e o atual Prefeito se elegeu pelo PSDB e depois foi para o PMDB. Agora o Presidente do PMDB local, junto com dois seguranças, agrediram em um bairro uma pessoa chamada João Francisco da Silva - está aqui a declaração que ele deu à Polícia Civil - mas não foram tomadas as providências. Vou levar isto aqui à Polícia Federal, porque nós precisamos que Campo Mourão seja mais segura, principalmente nessa reta final da questão das eleições.

Perder ou ganhar eleição faz parte de quem disputa, mas ganhar eleição no grito ou agredindo as pessoas eu não admito e esta Assembléia Legislativa precisa saber disso. O que estou falando aqui, tem que estar gravado e a população está ouvindo e pode verificar pelas

notas taquigráficas. Falei do João Francisco da Silva, que sofreu agressões do Presidente do PMDB com dois seguranças em um bairro em Campo Mourão e, o Ricardo Borges Botaro é um membro da imprensa local que teve o seu carro alvejado de tiros, sobre essa questão política, por um cabo eleitoral de um outro cidadão Vereador lá em Campo Mourão, também ligado ao PMDB. E tem uma senhora chamada Marluce Fontine, que foi impedida de chegar em um bairro para fazer campanha eleitoral e entregar panfletos, mas foi impedida e mandaram sair de lá, porque senão iriam bater. Está aqui a denúncia, que ela levou e registrou queixa na Delegacia. E isso por quê?

Porque acham que como o Delegado fica, podem fazer o que querem com as pessoas. Nós não podemos admitir isso, Deputado Durval e Deputado Elio Rusch! Preciso da ajuda de vocês aqui para que possamos cobrar uma atitude firme do Governo, porque o Governador pode fazer campanha para qualquer candidato, não tem problema nenhum e até deve fazer campanha aos candidatos do PMDB, mas não pode fazer campanha agredindo as pessoas e falando de informações que ele nem conhece. Pois, quem conhece a realidade da Segurança Pública em Campo Mourão é o Deputado de Campo Mourão, que é o Douglas Fabrício, junto com aqueles que discutem no dia-a-dia, sendo que estou lá toda a semana e em todos os dias que posso e o Requião vai lá de vez em quando, uma vez por ano e não conhece a realidade. Ele está cometendo um erro e isso é gravíssimo! Por isso vamos conversar e precisamos da ajuda dos demais Deputados.

Concedo um aparte ao Deputado Durval Amaral.

O Sr. Durval Amaral (DEM)

Nobre Deputado Douglas Fabrício, ouço atentamente o seu pronunciamento e V. Exa., por várias vezes, já ocupou à tribuna para denunciar a insegurança que existe não só em Campo Mourão, mas em toda a região de Campo Mourão, como os problemas na área agrícola, os problemas urbanos, falta de patrulha rural, enfim, inúmeros problemas. Até, por motivo dessas denúncias, V. Exa. promoveu, salvo engano, uma Audiência Pública no ano passado. E V. Exa. antes de trazer, agora de uma maneira, mais contundente e mais grave esse problema relacionado à Segurança de Campo Mourão, mas também relacionado às pessoas que deveriam promover a Segurança Pública na cidade e por algum motivo estão deixando de fazer, foi cauteloso, foi ao Secretário de Segurança Pública, narrou os fatos, levou a preocupação da Associação Comercial, das entidades de classes de Campo Mourão, em função até da falta de uma ação mais contundente do Delegado-Chefe lá de Campo Mourão.

V. Exa. narrou aqui que o Secretário, para a minha surpresa até, foi muito positivo até no sentido de mandar investigar e averiguar as irregularidades havidas lá na Divisão Policial de Campo Mourão. Causa-me espécie efetivamente essa decisão política de manter alguém que tecnicamente não se sustenta. Acredito que o Governador

do Paraná deveria rever essa posição, deveria ouvir esse caso, não se trata de um pleito de um Deputado de Oposição, não é essa a questão, acho que V. Exa. deixa muito patente, se trata de um clamor da sociedade local que está percebendo irregularidades dentro da subdivisão Policial de Campo Mourão.

Então, acredito que com toda procedência nas suas afirmativas, deveria realmente o Secretário de Segurança Pública fazer os remanejamentos necessários, e nem devemos contaminar essa questão de insegurança com problema político local, porque a eleição ela tem calor, as pessoas se apaixonam pela causa política, entendo que não devemos contaminar, até porque os problemas que são narrados pela Associação Comercial, pelos empresários, pelas pessoas que foram vitimizadas em função do tráfico de drogas - que parece que corre solto na cidade de Campo Mourão - é muito mais relevante do que os problemas políticos em função da campanha eleitoral.

Mas, acredito que poderia a Liderança do Governo, quem sabe até a Liderança da Oposição procurar sensibilizar o Secretário de Segurança Pública para que tome uma medida técnica, uma questão técnica, não é política, uma questão técnica para que proceda os remanejamentos necessários para que não aumente ainda mais a criminalidade que parece em Campo Mourão está sendo protegida por alguns segmentos institucionais. Então era essa a minha solidariedade a V. Exa.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Obrigado Deputado Durval.

Esse documento que eu tenho aqui é a ata do dia da Audiência Pública, foi encaminhada cópia ao Secretário, foi encaminhado cópia ao Governador, ao Vice-Governador, ao Presidente da Assembleia. E tem aqui uma declaração do Juiz Corregedor no dia da Audiência, ele disse, palavras do Juiz: "À Polícia Civil tem inúmeras críticas a fazer", o Juiz dizendo, Dr. Juliano Manika: "Eu e o Delegado-Chefe nos últimos tempos temos nos atitado bastante, aliás, a nossa relação é muito fragilizada". Ele disse na frente do Delegado em Audiência Pública. "Exatamente porque não estou contente, acho que o Delegado-Chefe poderia dar mais de si.

Quando ele assumiu a 16ª Delegacia lá em Campo Mourão em sucessão ao Delegado anterior - quando ele assumiu, há dois, três anos atrás - chegou com vontade, prendeu inúmeras pessoas que tinham mandado de prisão expedido, pessoas tidas como perigosas, os processos estão correndo, não posso falar sobre isso porque estão *sub-judice*. Aquelas pessoas que são boca miúda se dizem que estão ligadas ao tráfico e são perigosas. O Delegado-Chefe e a sua equipe prenderam, isso quando ele chegou aqui, de repente não sei o que mudou do final do ano para cá.

E o comum da delegacia são as fugas, exatamente estão fugindo essas pessoas que me referi. Preocupa-me muito os inquéritos policiais acerca das fugas, não se concluí, se existem cinco, dois ou três investigadores, não importa, em determinados tipos de investigações tem que se dar prioridade.

Aí, ele fala de fuga na cadeia que é inadmissível, ele faz críticas severas ao Delegado. Então, não fui falar para pedir lá ao Secretário de Segurança que tinha que tirar o Delegado, falei para investigar. Investigue e veja o que é melhor para ser feito. Aí como a informação chegou para mim que o Delegado seria transferido também chegou à imprensa, e aí o Roberto Requião, vai lá e diz para ficar o delegado. E o povo fica inseguro.

Então, preciso da ajuda de todos os Deputados daqui vou levar essas denúncias à Polícia Federal. Estamos falando aqui de ações de anos.

É sério! O Roberto Requião mistura as coisas. Talvez nem seja ele diretamente, por ter que tomar decisões rapidamente, grava um programa eleitoral falando coisas que não tem lógica e isso prejudica o PMDB do Paraná. Assim como o Roque, de Paranaguá, fez denúncias gravíssimas e que temos, também, de levar ao conhecimento do Ministério Público.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Ainda no Grande Expediente, com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Vim aqui a esta tribuna responder o Deputado Elio Rusch, Líder da Oposição, sobre a questão do desempenho dos investimentos que estão acontecendo no estado do Paraná. Mas não posso me furtar, Deputado Douglas Fabrício, ao ouvir V. Exa. da tribuna trazer um tema que é de esfera, da competência de uma eleição municipal. Mas, vou lhe garantir, ninguém vai pautar o Governador Roberto Requião. Não é um repórter que vai dizer ao Governador Roberto Requião, que foi eleito para governar, como fazer suas ações administrativas.

Entendo que todo processo eleitoral tem um conflito. Em Campo Mourão não é diferente. O nosso partido PMDB tem o Nelson Tureck como candidato a Prefeito. Candidato à reeleição. Olha, para ser reeleito tem que ser bom administrador, senão o povo não reelege. E mais, o povo de Campo Mourão vai fazer uma escolha. E digo, é uma escolha difícil, porque do outro lado tem uma pessoa que respeito muito.

Mas, essas questões da campanha eleitoral, Deputado Douglas Fabrício, a tribuna desta Casa não é o campo apropriado. Sinceramente, V. Exa. viu uma multidão aflita em Campo Mourão, como se houvesse uma grande insegurança na cidade? Não é isso que acontece!

Se o Juiz tem questionamentos ele toma as decisões. Tem o Ministério Público funcionando em Campo Mourão, que tomem as medidas se o Delegado não está tendo eficácia na função que exerce. Agora, por ouvir dizer é muito difícil. Não sei nem o nome do Delegado,

mas não podemos lançar o nome dele aqui nesta discussão como se fosse uma pessoa que não fosse competente. Não posso aqui dizer se é ou não é, mas veja eu entendo que é responsabilidade sua, Deputado Douglas Fabrício, quando vai à tribuna falar em nome de Campo Mourão. Sei que V. Exa. é Oposição ao Governo; sei que V. Exa. é Oposição ao Prefeito Nelson Tureck; sei que V. Exa. não está satisfeito com o desempenho no processo eleitoral. Entendo isso e mais: que a região, na verdade, tem questionado muito até seu posicionamento. Sei porque as pessoas falam isso para mim. Por ser Oposição, as pessoas lhe cobram: “Deputado Douglas, onde é que estão os benefícios que V. Exa. prometeu?”

Agora, tenho, por exemplo, o Deputado Antonio Anibelli, se não falha a memória, é o Deputado Estadual mais votado do PMDB em Campo Mourão, teve o apoio lá de um grupo de companheiros. Não é isso? Eu pergunto: Deputado Antonio Anibelli, Campo Mourão vive um caos na área de Segurança Pública? Toda semana V. Exa. está em Campo Mourão, é isso que V. Exa. sente em Campo Mourão?

O Sr. Antonio Anibelli (PMDB) (Aparte)

Sexta-feira passada, ainda, posei lá no Hotel Paraná Suíte do nosso Darcy Deitos, nosso anfitrião, e tive o prazer de encontrar o Deputado Traiano, que posou lá também. Estive jantando no restaurante. Faço política na região de V. Exa. e V. Exa., em alguns municípios, é nosso companheiro, mas sei que a segurança lá está bem.

Agora, atritos políticos acontecem em todos os municípios. Saída de comício, os adversários passam com a bandeira, batem no carro do outro, quebram a antena do carro. Isso é em todos os municípios. Quando chega no final da eleição, como estamos a 19 dias, os ânimos se acirram. Agora, o Governador desceu lá. Quero convidar o Deputado para que esteja presente na inauguração da FRANGOBRÁS esta semana.

O Sr. Douglas Fabrício (PPS) (Aparte)

Já fui convidado e vou porque ajudei, inclusive...

O Sr. Antonio Anibelli (PMDB) (Aparte)

Exatamente, quer dizer, quantos empregos. Isso é governar. E o Deputado Nelson Tureck, nosso ex-companheiro, é um homem popular, um homem simples. Acho que o nosso Deputado está preocupado com o resultado na eleição. Andaram forjando alguma sacanagem para o nosso Nelson Tureck e a população reagiu favorável a ele, porque o conhece e sabe que ele é um homem do povo.

Quero que V. Exa. me cobre dia 06 de outubro a vitória do Nelson Tureck. Daí nós vamos ver o que nós temos. Não sou o Deputado oficial, mas no PMDB fiz uma votação pela minha vida pregressa, de amizade, de companheirismo. Queríamos um candidato do PMDB, não foi possível, mas temos procurado. Acho que a Segurança vai bem. Temos que nos preocupar com a criminalidade, o tráfico de drogas e lá V. Exa. sabe que é o maior

entorno de Paraná com Mato Grosso, Santa Catarina, Rio Grande do Sul. Por ali trafega. A Polícia Federal lá da região apreende os maiores contrabandos que passam por lá. Então, temos que estar preocupados com maior Segurança. A briga política nós disputamos dia 05 de outubro. Parabéns a V. Exa., Deputado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Obrigado, Deputado.

O Sr. Douglas Fabrício (PPS)

Concede um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Quando o Deputado Anibelli fala assim que em Campo Mourão a Segurança está bem, ele vai perder os votos que tem lá. Não está bem não, Deputado Anibelli. Tanto não está bem que fizemos uma Audiência Pública V. Exa. foi convidado e não compareceu para discutirmos Segurança Pública lá em Campo Mourão. Deputado Marcelo Rangel compareceu e trouxemos as informações para V. Exa. e para todos os Deputados. Estamos cobrando justamente melhorias na Segurança Pública.

Para atualizar V. Exa. que fez muitos votos em Campo Mourão, me ajude a cobrar do Governador as viaturas lá para Campo Mourão, porque ele mandou 13 para região e nenhuma para Campo Mourão. Certo? Então, quem está perdendo com isso é V. Exa. que defende o Governador, aqui, dizendo que tem melhorias na Segurança e não está acontecendo em Campo Mourão. Em alguns municípios da região somos, inclusive, parceiros. Vou dizer mais: ações que fizemos para levantar a Santa Casa em Campo Mourão se devem ao Deputado Douglas Fabrício, porque ajudamos muito e aqui todos os Deputados ajudaram, tivemos cinco Deputados que foram numa Audiência Pública tratar sobre Saúde.

Agora, estou cobrando de V. Exas. que conhecem Campo Mourão, que vão e ficam só no hotel, no restaurante, que vão nos bairros conhecer o problema da Segurança em Campo Mourão. Em Campo Mourão está gravíssimo o problema de Segurança. Não só no restaurante e no hotel, até por que lá tem falta de Segurança. Quero falar a V. Exa. de um assalto que aconteceu a uma padaria, nesta semana, pegaram o dinheiro dos comerciantes e diversos outros problemas, eu tenho aqui, estão aqui. Temos uma quantidade de problemas com a questão Segurança.

Então, gostaria de conversar com V. Exa., que é meu amigo, com mais tempo até para poder dizer para o senhor que a Segurança não está bem com o senhor está pensando. Imagino que se V. Exa. que está indo lá quase toda semana, pensa que a Segurança está bem, imagine o Governador que vai lá a cada um ano, a cada seis meses. Por isso, que temos as dificuldades de relacionamento, de informação, porque vejo uma coisa toda semana lá; V. Exa. não vai toda a semana, vê outra coisa; e o Governador que vai a cada seis meses, vê outra coisa diferente, o que interessa é que o povo é que está sofrendo com a questão Segurança e não aguenta mais.

Então, vamos parar de discutir, porque não é política é Segurança e ajudem-me a resolver já que o Prefeito de lá é do PMDB. E se vai ganhar ou perder, o povo é que decide.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Peço, por gentileza, que V. Exa. conclua o seu aparte, senão V. Exa. vai fazer um pronunciamento paralelo, até reconheço, mas V. Exa. vir com situações de assaltos a padarias de Campo Mourão, com devido respeito àquelas pessoas que foram assaltadas, sinceramente, aqui V. Exa. é muito maior do que isso. Se é para discutir política pública de Segurança, inclusive, V. Exa. podia saber da estratégia da Polícia Militar de estar adotando na região 13 novas viaturas no município. E saber que a Polícia Militar trabalha de forma integrada. V. Exa., muito provavelmente não sabe o sistema operacional entre a Polícia Militar e a Polícia Civil de como se trabalha de forma articulada. Desculpe, mas V. Exa. não sabe quantas viaturas tem em Campo Mourão. Quantas viaturas possui Campo Mourão? Diga-me quantas viaturas tem em Campo Mourão?

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Srs. Deputados, por favor, fica garantida a palavra para quem está na tribuna, porque está havendo uma discussão paralela sem autorização.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Deputado Douglas Fabrício, V. Exa. pode responder, mas eu gostaria que V. Exa. só respondesse, só concluísse brevemente, só isso, mas pode responder.

O Sr. Douglas Fabrício (PPS)

Faltam várias viaturas em Campo Mourão. As 13 que foram é para distribuir na região.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Quantas viaturas tem a Polícia Militar de Campo Mourão.

O Sr. Douglas Fabrício (PPS)

Funcionando, segundo a Polícia Militar, tem duas funcionando.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Isso não é verdade, que barbaridade isso. V. Exa. não sabe, não tem informação. V. Exa. vá visitar o batalhão, o senhor é o nosso convidado para ir visitar o Batalhão da Polícia Militar. Quero convidar V. Exa., V. Exa. é nosso convidado.

O Sr. Douglas Fabrício (PPS)

Já fui e conheço bem.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Mais uma vez quero advertir que não se faça discussão paralela. Deputado, V. Exa. já pediu o aparte, terá o seu horário para responder e nós cuidaremos também que V. Exa. tenha direito da sua argumentação no horário do seu partido.

Com a palavra o orador que está na tribuna.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Obrigado, Deputado Caíto Quintana.

Entendo que o objetivo do aparte é prestar uma informação, reconheço que eu não fujo do debate, entendo que o debate é saudável, aqui é um debate que eu tenho o maior respeito, que é com o Deputado Douglas Fabrício, e entendo também que, por outro lado, o Deputado Anibelli conhece e conhece bem Campo Mourão.

Deputado Douglas Fabrício, o povo vai dizer no dia 05 de outubro, ele vai julgar, vai fazer o seguinte: se a Segurança Pública vai bem; se ele concorda com as políticas públicas que o Governo Requião está executando no município; se ele concorda com a administração do Prefeito Nelson Tureck, vai fazer com que o Nelson Tureck ganhe a eleição; se ele discorda, vai votar contra, não tenha dúvida disso.

Temos que reconhecer uma coisa, nós que estamos aqui e que temos amor pela democracia, a vontade do povo é soberana. Então, no dia 06 de outubro vamos ter que dizer o seguinte: “Estava certo V. Exa. ao fazer as críticas, sim ou não?” V. Exa., responde: “Mas, estou fazendo uma crítica sobre uma política pública?”

Bom, se é para fazer sobre uma política pública, concordo em poder discutir, aprofundar a discussão, como pretendo fazer com V. Exa., Deputado Elio Rusch, porque desde ontem V. Exa. tem ido à tribuna para falar sobre política industrial, lembrando um período que, lamentavelmente, o estado do Paraná em oito anos gerou apenas 37 mil novos empregos com carteira assinada. Apenas isso. Se V. Exa. não concordar, pode me desmentir na tribuna, vá ao site do Ministério do Trabalho, nos do CAGED - Cadastro Geral de Empregos e Desempregos e verá o seguinte: oito anos de Governo anterior, apenas 37 mil novos empregos de carteira assinada. Sabem quantos em cinco e meio de Governo Requião? Quinhentos e noventa mil novos empregos, Deputado Elio Rusch. Sei que isso dói na sua alma, ter um Governo que deu a possibilidade no Paraná de criar 590 mil novos empregos.

O Sr. Elio Rusch (DEM)

Concedo-me um aparte, Deputado?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

V. Exa. poderá me ouvir um pouco. Tenho ouvido V. Exa. com paciência. Vou lhe conceder um aparte, desde que seja breve.

O Sr. Elio Rusch (DEM)

Vou ser breve no aparte que V. Exa. me concede.

Quando V. Exa. fala em 500 e tantos mil novos empregos, tem que descontar os que saíram. Não foi descontado. Essas são carteiras assinadas, 590 mil. Não tenho esses números. V. Exa. teria que trazer quantos saíram do emprego e daí se tem o balanço. Não se poder trazer só os que foram contratados. Eu saí de um emprego e fui no outro. Você conta o emprego na nova empresa, mas V. Exa. não conta que saí do outro emprego. Esse levantamento tem que ser feito.

As indústrias que estão vindo hoje no Paraná ainda são consequência da industrialização que o Paraná sofreu no passado. Ninguém consegue esconder isso. O porto de Paranaguá é a mesma coisa. Está exportando hoje em valores e números é o setor automobilístico. Pena que o nosso Governo e o Paraná perderam a Toyota que viria para cá e preferiu outros estados. Isso V. Exa. também poderia trazer para o Paraná e para a Assembléia essa explicação.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Primeiro, quero que V. Exa. faça igual ao Líder da Oposição, licenciado, Valdir Rossoni, vá pesquisar na internet. V. Exa. irá descobrir que os dados do CAGED - quando falo dos 590 mil novos empregos de carteira assinada, não estou falando da economia informal, estou falando daqueles que foram contratados - é o saldo, Deputado Elio Rusch entre os que foram admitidos e demitidos. É saldo, é emprego novo.

Sei que para V. Exa. se torna incompreensível. V. Exa. integrou um Governo, que gerou um período de absoluta estagnação da economia do estado do Paraná. Quanto temos um Governo como o nosso, que gera empregos, que apóia o segmento que efetivamente produz nesse estado, sei que para V. Exa. fica quase que incompreensível comparar um Governo de oito anos, que criou 37 mil novos empregos, contra um Governo que em cinco anos e meio gerou exatamente 590 mil novos empregos. Sei que dói isso na sua alma. Os dados são públicos e V. Exa. há de buscar com a sua assessoria, se for necessário e terá que fazer daquela tribuna a leitura dos dados. Vão doer profundamente para V. Exa. isso.

O Sr. Elio Rusch (DEM)

Vou fazer prazerosamente. Dizer que o Governo não gera emprego. Quem gerou emprego é o setor privado, é a livre iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Deputado Elio Lino, da mesma forma vou lhe pedir, que quem quiser pedir aparte ao orador, se for concedido tudo bem. Caso contrário mantemos o Regimento.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Obrigado, Deputado Caíto Quintana.

Porque a Oposição aqui nesta Casa, parece que ela só quer falar e não quer ouvir. Quando falamos a verdade aqui dói na alma. É difícil. Por exemplo estou com a relação aqui e vou passar a V. Exa. Está aqui a relação dos estabelecimentos beneficiados pelo Programa Bom Emprego.

Se V. Exas. verificarem, são 90 empresas beneficiadas, 124 benefícios concedidos em 42 municípios e de grandes investimentos que foram realizados.

Vou destacar aqui:

(Lê):

“Principais Investimentos Beneficiados com Incentivos:

Informática: Bit Way - R\$ 10 milhões (Piraquara), CCE/Digibrás (São José dos Pinhais), Visum (Curitiba), Nova Informática/Intelbrás (São José dos Pinhais);

Automotivo: Dynapar - R\$ 6 milhões (Quatro Barras), Fiat Group - R\$ 250 milhões (Campo Largo) - Compra Tritac;

Embalagens: Sig Combibloc - R\$ 270 milhões (Campo Largo);

Ferramentas: Makita (Ponta Grossa).

Obs: Temos também: Corol - R\$ 30 milhões (Rolândia) e a Brasil Robótica (Siqueira Campos) - R\$ 947 mil.

Principais Ampliações com Incentivos:

Da Granja (Lapa)

Dixie Toga (Londrina)

Volvo (Curitiba)

Spaipa (Maringá)

Pratti & Donaduzzi (Toledo)”

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Ontem o Governador Requião foi fazer a inauguração da nova unidade da Klabin em Telêmaco Borba.

O Sr. Antonio Anibelli (PMDB)

Me permite Deputado, para contribuir com V. Exa.

Ontem estive em Telêmaco Borba, representando oficialmente esta Casa. Estivemos com o Governador, uma solenidade espetacular. Um investimento de mais de R\$ 3 bilhões. Para lá aportaram mais de 8 mil pessoas para em dois anos construir a maior máquina de papel do mundo. O orgulho do Governador Requião ontem à receptividade - e o Presidente Lula infelizmente não pode ir, com o problema da Bolívia o Presidente Lula foi chamado ao Chile numa reunião, de emergência. Mas, lá estava o Ministro de Desenvolvimento da Indústria e Comércio que representou o Presidente.

A felicidade daquela população. E a noite participamos do comício do nosso candidato o Carlos Hugo. A política se faz com orgulho, nós Parlamentares e esta Casa não poderíamos deixar de participar. O Governador orgulhoso recebendo homenagens. Recebeu um violino fabricado pelos produtos da própria Klabin.

Parabenizo V. Exa. e afirmo que ontem estivemos nessa solenidade, talvez a principal de uma empresa no Paraná.

O SRS. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Agradeço, Deputado Anibelli, vou seguir aqui, Deputado Elio Rusch:

(Lê):

“Principais Ampliações:

PETROBRAS - REPAR - cerca de R\$ 7 bilhões (Araucária), Berneck - (Araucária), Klabin - US\$ 850 milhões (Telêmaco Borba), Perdígão - R\$ 50 milhões (Castro), Companhia Providência - R\$ 110 milhões (São José dos Pinhais), Sadia - R\$ 200 milhões (Toledo e porto de Paranaguá). Nutrimental - R\$ 20 milhões (São José dos Pinhais), Frimesa - R\$ 45 milhões (Medianeira).

Conversações: (Sigilo)

Eletrolux - Expansão (localização a definir), Matte Leão - Relocalização e ampliação (localização a definir), Mega Ware - Computadores - Relocalização da Bahia para o Paraná, COQUEPAR - Cia. de Coque Calcinado de Petróleo, Projetos de Centros de Distribuição.

Setores:

Automotivo (auto peças, Renault - Projetos & Desenvolvimento), Informática, Petróleo, Agronegócio, Biodiesel.”

A produção industrial do Paraná atingiu a maior alto do país, com crescimento de 4,3% na variação entre abril e maio deste ano.

Entre os estados do sul, preste atenção, o Paraná tem larga vantagem na indústria; Rio Grande do Sul e Santa Catarina tiveram queda de 4,2% e 3,1, respectivamente.

De janeiro a maio, Deputado Teruo, o Paraná apresentou aumento de 11% contra 6,2% do Brasil. Nos últimos 12 meses o Paraná também segue entre os maiores desempenhos nacionais com alta de 8,1, superando ainda a produção industrial brasileira que fechou com alta de 6,7%.

Quero dizer, Deputado Elio Rusch, que deve doer mesmo a V. Exa. ver quais foram os principais segmentos atendidos nos últimos 12 meses pelo Governo, no setor automotivo, componentes, novas montadoras, pneus, processamento de alimentos, frangos, suínos, bovinos, conservas, laticínios, açúcar, nos combustíveis etanol, biodiesel, gás natural, biomassa, na madeira, MDF, móveis, papel e celulose, na química, tintas, o coque de petróleo, nas embalagens plásticas, biodegradáveis, construção civil formas metálicas, drywall, vidros, informática, computadores pessoais, nós temos a maior indústria de informática no estado do Paraná.

Olha sinceramente, só quem não gosta do Paraná vai dizer que não temos uma localização geográfica privilegiada, que temos infra-estrutura, temos rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, energia elétrica, somos mais do que auto-suficientes, combustíveis líquidos, gás natural, telecomunicações, qualidade de vida, temos os nossos ativos tecnológicos através das nossas universidades, dos centros de pesquisa e desenvolvimento, mão-de-obra qualificada, preservação ambiental, incentivos fiscais, ou seja, o Paraná tem uma situação extremamente privilegiada.

Quem não gosta do Paraná, Deputado Nishimori, vai mesmo à tribuna e fala mal do estado. Eu tenho orgulho do estado que eu vivo, sei o quanto...

(Término do tempo)

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

(Todas as Lideranças declinaram do seu horário)

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Ofício nº 057/08 - Interno, subscrito pelo Deputado Artagão Júnior, constante do expediente, comunicando que, em virtude de compromissos políticos assumidos em Guarapuava, precisou ausentar-se das Sessões Plenárias do dia 17/09/08. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Ofício s/n, subscrito pelo Deputado Plauto Miró, constante do expediente, comunicando sua ausência da Sessão Plenária do dia 17/09/08, devido a compromissos assumidos anteriormente na região dos Campos Gerais. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Ofício s/n, subscrito pelo Deputado Ribas Carli Filho, constante do expediente, comunicando sua ausência da Sessão Plenária do dia 17/09/08, devido a compromissos assumidos anteriormente na região centro-oeste do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Indicação nº 215/08, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, a realização de duplicação da Rodovia PR-415, João Leopoldo Jacomel, no contorno Leste. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 216/08, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Estado da Agricultura, a disponibilização de um técnico agrícola para atuar junto à unidade da EMATER, no distrito de São Lourenço, no município de Cianorte. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 217/08, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e a Paraná Esporte, a construção de um Centro de Excelência de Atletismo, no município de Cianorte. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2424, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Plenária de 15/09/08, por estar em viagem ao noroeste do estado, acompanhando a Secretaria de Obras do Estado, na entrega e fiscalização de ordem de serviços a serem realizados na região. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Requerimento nº 2425, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Plenária de 03/09/08, devido a reunião com coordenadoras da Pastoral da Criança. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Requerimento nº 2442, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente, solicitando a inversão total da pauta da Ordem do Dia, da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforma avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1ª Discussão

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 347/08, de autoria do Tribunal de Contas - Ofício nº 309/08, que reajusta os valores dos vencimentos básicos dos servidores, ativos e inativos, do quadro efetivo e dos cargos em comissão do

Tribunal de Contas do Estado do Paraná, conforme especifica. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 347/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Os valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do quadro efetivo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e, dos cargos em comissão, ficam reajustados no percentual de 4,46% (quatro vírgula quarenta e seis por cento), em conformidade com a tabela de níveis de vencimentos, constante do Anexo desta lei.

Parágrafo Único. O reajuste de 4,46% (quatro vírgula quarenta e seis por cento) corresponde à revisão geral anual prevista no artigo 27, inciso X, da Constituição Estadual e no artigo 37, inciso X, da Constituição Federal).

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotação orçamentária própria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 01/01/08.

Sala das Sessões, em 11/08/08.

(a) TRIBUNAL DE CONTAS

ANEXO

Quadro Efetivo

refer/nível	A	B	C	D	E	F	G	H	I
01	1.621,50	1.901,23	2.229,22	2.613,77	3.064,63	3.593,14	4.212,86	4.871,18	6.106,00
02	1.645,13	1.928,92	2.261,69	2.651,84	3.109,27	3.645,51	4.265,22	4.972,26	6.232,71
03	1.669,09	1.957,02	2.294,64	2.690,49	3.154,58	3.698,64	4.318,31	5.075,45	6.362,05
04	1.693,41	1.985,53	2.328,07	2.729,69	3.200,55	3.752,52	4.372,19	5.180,78	6.494,08
05	1.718,08	2.014,46	2.362,00	2.769,47	3.247,15	3.807,17	4.426,88	5.288,29	6.628,84
06	1.743,12	2.043,83	2.396,41	2.809,84	3.294,46	3.862,64	4.482,35	5.398,03	6.766,41
07	1.768,52	2.073,61	2.431,32	2.850,78	3.342,46	3.918,90	4.538,66	5.510,06	6.906,82
08	1.794,29	2.103,86	2.466,78	2.892,33	3.391,17	3.976,01	4.595,75	5.624,40	7.050,15
09	1.820,48	2.134,53	2.502,75	2.934,48	3.440,57	4.033,94	4.653,66	5.741,11	7.196,46
10	1.846,99	2.165,62	2.539,20	2.977,24	3.490,70	4.092,71	4.712,42	5.860,25	7.345,79
11	1.873,90	2.197,17	2.576,20	3.020,64	3.541,55	4.152,35	4.772,06	5.981,86	7.498,23

CARGO EM COMISSÃO

Cargo	V. Básico	Rep. Gab.
DAS-1*	583,60	889,30
DAS-2*	515,06	781,80
DAS-3	480,04	728,61
DAS-4	410,48	623,03
DAS-5	375,42	569,82
1-C	242,26	142,38
2-C	223,75	131,49
3-C	206,54	121,38
* - Representação Gasolina: R\$ 32,46		

JUSTIFICATIVA:

O presente anteprojeto de lei dispõe sobre reajuste a ser aplicado sobre a tabela de vencimentos básicos dos servidores ativos, inativos, titulares de cargos efetivos e em comissão do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, para fins de revisão geral anual dos vencimentos (artigo 37, inciso X, da Constituição Federal e artigo 27, inciso X, da Constituição Estadual).

Como objetivo desse anteprojeto, está a recomposição do poder aquisitivo do vencimento básico dos servidores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, mediante a reposição das perdas inflacionárias ocorridas durante o ano de 2007.

O índice de reajustamento é fruto do percentual inflacionário, calculado pelo IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, gerido pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no período de janeiro a dezembro de 2007, conforme demonstrado no quadro abaixo, que contém os índices mensais e sua cumulatividade no período.

FONTE: IPCA - IBGE

Compet.	Índice	Acum. (%)
Jan	0,44	0,44
Fev	0,44	0,88
Mar	0,37	1,26
Abr	0,25	1,51
Mai	0,28	1,79
Jun	0,28	2,08
Jul	0,24	2,32
Ago	0,47	2,80
Set	0,18	2,99
Out	0,30	3,30
Nov	0,38	3,69
Dez	0,74	4,46
acumulado no ano		4,46%

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 347/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, tem por objetivo reajustar no percentual de 4,46% (quatro vírgula quarenta e seis por cento) os valores dos vencimentos básicos dos servidores, ativos e inativos, do Quadro efetivo e dos cargos em Comissão do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, a partir de 01/01/08, com despesas decorrentes por conta da dotação orçamentária própria do Tribunal de Contas do Estado.

Fundamentação

O projeto de lei em análise encontra respaldo na Constituição Estadual, que atribui ao Tribunal de Contas a mesma competência administrativa atribuída ao Tribunal de Justiça, conforme explica José Afonso da Silva, em relação ao Tribunal de Contas da União:

“O Tribunal de Contas da União, integrado por nove Ministros, tem sede no Distrito Federal, quando próprio de pessoal e jurisdição em todo o território nacional. Para garantia de sua independência orgânica, a Constituição lhe confere o exercício das competências previstas para os Tribunais Judiciais, constantes do artigo 96, no que couber (...)”¹.

A disposição do artigo 96 da CR estabelece, no parágrafo 2º, ‘b’:

Art. 96, §2, ‘b’. a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos Juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver.

Neste mesmo raciocínio, a disposição do artigo 101, I, ‘b’ da Constituição do Estado do Paraná:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembléia Legislativa, observado o disposto no artigo 169 da Constituição Federal:

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos Juízes, observado o que dispõem os artigos 39, parágrafo 4º, 150, II, 153, III e 153, parágrafo 2º, I da Constituição Federal.

Ainda, a Lei Complementar Estadual nº 113/05 atribuiu como competência do Tribunal de Contas a elaboração de sua proposta orçamentária:

Art. 2º Ao Tribunal de Contas é assegurada autonomia funcional, administrativa e financeira, competindo-lhe, especialmente:

1. SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. Malheiros, 29ª Ed. São Paulo. Pág. 754.

Seguindo o magistério de José Afonso da Silva, observa-se, portanto, que a iniciativa para propor aumento da remuneração dos servidores dos Tribunais de Contas compete privativamente ao próprio Tribunal de Contas. Ainda que o projeto trate sobre revisão salarial, a legitimidade para apresentação da proposta continua sendo o próprio Tribunal de Contas, pois se está autorizado o aumento salarial, não haverá óbice quanto à proposta de reajuste.

Desta forma, fica claro que ao propor o projeto de lei em análise, o Tribunal de Contas encontra-se no exercício da sua competência privativa, não havendo óbice à sua normal tramitação.

Em relação à necessidade de lei para fixação de reajuste, assim decidiu o Supremo Tribunal Federal:

“Ementa: Ação direta de inconstitucionalidade. 2. Leis federais nº 11169/05 e 11170/05, que alteram a remuneração dos servidores públicos integrantes dos Quadros de Pessoal da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 3. Alegações de vício de iniciativa legislativa (artigos 2º 37, X, e 61, parágrafo 1º, II, a, da Constituição Federal); desrespeito ao princípio da isonomia (artigo 5º, *caput* da Carta Magna); e inobservância da exigência de prévia dotação orçamentária (artigo 169, parágrafo 1º, da CF). 4. Não configurada a alegada usurpação de iniciativa privativa do Presidente da República, tendo em vista que as normas impugnadas não pretenderam a revisão geral anual de remuneração dos servidores públicas. 5. Distinção entre reajuste setorial de servidores públicos e revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos: necessidade de lei específica para ambas as situações. 6. Ausência de violação ao princípio da isonomia, porquanto normas que concedem aumentos para determinados grupos, desde que tais reajustes sejam devidamente compensados, se for o caso, não afrontam o princípio da isonomia. 7. A ausência de dotação orçamentária prévia em legislação específica não autoriza a declaração de inconstitucionalidade da lei, impedindo tão-somente a sua aplicação naquele exercício financeiro. 8. Ação direta não conhecida pelo argumento da violação do artigo 169, parágrafo 1º, da Carta Magna. Precedentes: ADI 1585-DF, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, unânime, DJ 3/4/98; ADI 2339-SC, Rel. Min. Ilmar Galvão, unânime, DJ 1/6/01; ADI 2343-SC, Rel. Min. Nelson Jobim, maioria, DJ 13/6/03. 9. Ação direta de inconstitucionalidade parcialmente conhecida e, na parte conhecida, julgada improcedente. (grifo nosso)

Destaque-se que o projeto em questão não tem por objeto aumento de remuneração, mas visa atender à revisão prevista no artigo 37, X, da Constituição:

Art. 37. A Administração Pública Direta e Indireta de qualquer dos Poderes da união, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (redação dada pela Emenda Constitucional nº 019, de 1998)

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o parágrafo 4º do artigo 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices; (redação dada pela Emenda Constitucional nº 019, de 1998)

A regulamentação do referido inciso (Lei nº 10331/02), prevê, expressamente que a revisão se dará sempre no mês de janeiro, caracterizando-se, portanto, a legitimidade da retroatividade proposta:

Art. 1º As remunerações e os subsídios dos servidores públicos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da união, das autarquias e fundações públicas federais, serão revistos, na forma do inciso X do artigo 37 da Constituição, no mês de janeiro, sem distinção de índices, extensivos aos proventos da inatividade e às pensões.

Na doutrina, Maria Sylvia Zanella di Pietro entende que sequer seja necessária a existência de lei para que seja concedida a revisão, haja vista se tratar de direito constitucionalmente garantido. Vejamos Di Pietro:

“Os servidores passam a fazer jus à revisão geral anual, para todos na mesma data e sem distinção de índices (estas últimas exigências a serem observadas em cada esfera de Governo). A revisão anual, presume-se que tenha por objetivo atualizar as remunerações de modo a acompanhar a evolução do poder aquisitivo da moeda; se assim não fosse, não haveria razão para tornar obrigatória a sua concessão anual, no mesmo índice e na mesma data para todos. Essa revisão anual constitui direito dos servidores, o que não impede revisões outras, feitas como o objetivo de reestruturar ou conceder melhorias a carreiras determinadas, por outras razões que não a de atualização do poder aquisitivo dos vencimentos e subsídios. Essa revisão não pode ser impedida pelo fato de estar o ente político no limite de despesa de pessoal previsto no artigo 169 da Constituição Federal. Em primeiro lugar, porque seria inaceitável que a aplicação de uma norma constitucional tivesse o condão de transformar outra, de igual nível, em letra morta. Em segundo lugar, porque a própria Lei de Responsabilidade Fiscal, em pelo menos duas normas, prevê a revisão anual como exceção ao cumprimento do limite de despesa: artigo 22, parágrafo único I, e artigo 71”.

Observa-se, portanto, que o projeto em análise atende aos ditames legais, não encontrando óbice no que tange à sua constitucionalidade.

Ainda, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em tela não apresenta nenhum óbice na Lei Complementar nº 095/98.

Conclusão

Diante do acima exposto, tendo em vista a constitucionalidade e legalidade apresentadas pelo projeto de lei em análise, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 09/09/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NEREU MOURA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 347/08

P A R E C E R :

Pelo projeto de lei em questão pretende o Tribunal de Contas do Estado do Paraná aplicar o reajuste dos vencimentos básicos dos servidores ativos, inativos, titulares dos cargos efetivos e em comissão daquela egrégia Casa.

Pretende o Tribunal de Contas promover a revisão geral anual dos vencimentos de seus servidores, com base no artigo 37, inciso X, da Constituição Federal e artigo 277, inciso X, da Constituição Estadual, os quais dizem:

Art. 37, inciso X da Constituição Federal: a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o parágrafo 4º do artigo 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privada em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices.

Art. 27, inciso X, da Constituição Estadual: a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o parágrafo 4º do artigo 39 da Constituição Federal, somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privada em cada caso, assegurada revisão anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices.

O índice de reajustamento proposto é o resultado do percentual inflacionário, de acordo com os dados do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, fornecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, no período compreendido entre os meses de janeiro a dezembro de 2007.

Assim, devidamente comprovado através de tabela em anexo ao projeto, cuja tabela demonstra conter os índices mensais e cumulativamente no período, chegou-se ao fator de 4,46%.

O presente projeto de lei, vem acompanhado do demonstrativo da despesa proposta, com projeção até 2010, onde consta que os valores serão cobertos com Recursos do Tesouro, representando um acréscimo de R\$ 344.267,00 ao mês de um total de R\$ 4.541.485,00, ao ano. Esta projeção foi feita sobre os valores da folha correspondente ao mês de fevereiro de 2008.

O Presidente do Tribunal de Contas, atesta, ainda, através de Declaração anexa, que os dispositivos deste projeto estão enquadrados na Lei de Responsabilidade Fiscal e seus valores estão contemplados na Lei Orçamentária do Estado, do exercício de 2008 e no Plano Plurianual 2008/2011, não havendo necessidade de nenhuma medida suplementar para a sua contemplação.

Diante do exposto, somos de parecer favorável a sua aprovação em plenário.

Sala das Comissões, em 16/09/08.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
LUIZ NISHIMORI - Relator

2ª Discussão

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 332/08, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que institui no Calendário Oficial do Estado a Semana de Educação e Orientação para o Desarmamento Infantil. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda da CCJ.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 215/08, de autoria do Deputado Edgar Bueno, que obriga os hotéis, pensões e albergues a criar e manter cadastro de menores de 18 (dezoito) anos que se hospedarem no estabelecimento. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CICTM. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda da CCJ.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 208/08, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que dispõe que o SERASA, SPC e quaisquer outros órgãos de cadastro negativo sejam obrigados a retirar o nome do cidadão, após a confirmação do pagamento do débito. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CICTM. COM EMENDA DA CCJ.

Em discussão.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) **(Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, não estou vendo o Deputado Marcelo Rangel aqui. Então, gostaria de pedir aos companheiros que votassem a favor deste projeto que acho que é importante e beneficia o Paraná inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Em votação o Projeto nº 208/08. **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação emenda da CCJ - **Aprovada.**

Discussão Única

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 026/08, veto aposto ao Projeto de Lei nº 652/07, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a rodovia que liga o Ramal 7 à sede do distrito de São José do Ivaí, no município de Santa Isabel do Ivaí. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO (VOTAÇÃO NOMINAL)

(O Projeto de Lei nº 652/07 encontra-se publicado no DA nº 106/07, de 05/09/07, em Projetos de Lei).

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 025/08, veto aposto ao Projeto de Lei nº 656/07, de autoria dos Deputados Luiz Claudio Romanelli e Marcelo Rangel, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a estrada que liga a sede do município de Rebouças ao distrito de Marmeleiro. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. (VOTAÇÃO NOMINAL)

(O Projeto de Lei nº 656/07 encontra-se publicado no DA nº 106/07, de 05/09/07, em Projetos de Lei).

Sobre os referidos projetos, requerimento de Plenário aprovado em 09/09/08, para que os itens 02 e 01 sejam votados em bloco. Os Deputados que votarem a favor do veto digitem SIM; os contrários ao veto digitem NÃO.

Vamos proceder à votação: 15 NÃO; 14 SIM e uma abstenção.

Estão mantidos os vetos e rejeitados os projetos.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, só para registrar. Acredito que o Deputado Luiz Claudio Romanelli deve ter votado errado, porque ele não ia votar contra o seu projeto. Ele votou SIM!

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2337, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 2374, de autoria dos Deputados Durval Amaral, Elio Rusch e Cida Borghetti, membros da Bancada da Oposição, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 2437, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, com apoio do Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2418 e 2438, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2419, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2426 a 2431, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2436, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2439, de autoria do Deputado Ribas Carli Filho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2441, de autoria do Deputado Artagão Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2382, de autoria do Deputado Fábio Camargo, constante do expediente. **À Mesa Executiva, para deliberação.**

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 17, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 208, 215 e 332/08.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 347/08.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 209, 350, 366 e 372/08.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:**Comissão Executiva****Atos**

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1211/08

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 3571/06,

R E S O L V E :

retificar o Ato da Comissão Executiva nº 529/08, publicado no Diário da Assembleia de 03/06/08, que passará a constar nos seguintes termos:

conceder aposentadoria a NILSA PEREIRA DA SILVA, a partir de 18/04/06, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, matrícula 40906, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, nível NBA-01, nos termos do artigo 40, inciso III, letra “d”, da Constituição Federal, com redação original, acrescidos de 03 (três) adicionais assegurados pelo artigo 170 e parágrafo único da Lei Estadual nº 6174/70, com proventos proporcionais ao seu tempo de serviço, sendo reajustados com paridade, ou seja, para sua correção serão utilizados os mesmos percentuais e nas mesmas oportunidades em que forem reajustadas as remunerações dos servidores ativos, havendo, também, a inclusão de novas vantagens concedidas, mesmo em face de modificação ou transformação de cargos, resultando em proventos conforme cálculos da Coordenadoria de Relações Trabalhistas em anexo.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 09/09/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

Diretoria Geral

Portarias

PORTARIA Nº 0222/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7796, datado de 01/09/08, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar anotar na ficha funcional de FATIMA REGINA VICENTE, matrícula nº 40154, portadora do RG 1.917.132/PR e do CPF 595.099.029-34, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 01/02/85, ocupante do cargo de Agente de Saúde, nível NUD-03, com lotação na Coordenadoria de Serviço Médico, os tempos constantes na Certidão do INSS, em que prestou serviços a: Hospital de Caridade Nossa Senhora da Aparecida, por 04 (quatro) anos, 06 (seis) meses e 16 (dezesesseis) dias, período de 15/05/78 a 30/11/82; e CAM Centro Assist. Municipalista SC Ltda., por 01 (um) ano e 04 (quatro) meses, período de 01/10/83 a 31/01/85, perfazendo o total de 05 (cinco) anos, 10 (dez) meses e 16 (dezesesseis) dias, contados para efeito de aposentadoria, conforme dispõe o parágrafo 9º do artigo 201 da Constituição Federal.

Gabinete da Diretoria Geral, em 04/09/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 0223/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7570, datado de 25/08/08, deste Poder,

R E S O L V E :

1 - mandar revogar as Portarias nº 006/02 e 179/08, por serem indevidas;
2 - mandar contar em favor de ADENIR NEVES ROCHA, matrícula nº 40235, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Técnico de Contabilidade, nível NTC-03, com lotação na Coordenadoria de Serviço Odontológico, 18 meses, para todos os efeitos legais, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o 1º quinquênio compreendido entre 03/08/83 e 03/08/88, o 2º quinquênio compreendido entre 03/08/88 e 03/02/93 antecipado em razão da incorporação do 1º quinquênio; 3º quinquênio compreendido entre 03/02/93 e 03/08/97, antecipado em razão da incorporação do 2º quinquênio, conforme artigo 3º e parágrafo 3º da Emenda Constitucional nº 020/98 e artigo 248 da Lei Estadual nº 6174/70.

Gabinete da Diretoria Geral, em 09/09/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 0224/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 7874, datado de 03/09/08, deste Poder,

R E S O L V E :

prorrogar, à disposição da funcionária REGINA FISCHER PESSUTI, matrícula nº 41260, conforme ofício CEE/CC 1661/08, junto ao Governo do Estado, no período de 29/08/08 a 31/12/08, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 11/09/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 0225/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 7799, datado de 01/09/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde ao servidor deste Poder Legislativo, PAULO CEZAR SILVEIRA DA MOTA PIMPÃO, matrícula nº 40152, de 90 (noventa) dias, a partir de 25/07/08, com término em 23/10/08, CID. 10 S72 e S82.

Gabinete da Diretoria Geral, em 11/09/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 0226/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 7819, datado de 01/09/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, DIRLEI TEREZINHA SPAGNOL DE MOURA, matrícula nº 41059, de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 28/08/08 com término em 26/12/08, CID. 10 S93.4, F43.2, T80.2 + I05.9.

Gabinete da Diretoria Geral, em 11/09/08

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 0227/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 7859, datado de 02/09/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença maternidade à servidora deste Poder Legislativo, VERA REGINA BUHRER DE LIMA, matrícula nº 5906, de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 01/09/08 com término em 30/12/08, CID. 10 O80.

Gabinete da Diretoria Geral, em 11/09/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Ata de Comissão***Constituição e Justiça***

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e oito, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão

de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Douglas Fabrício, Francisco Bühler, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Pastor Edson Praczyk, Tadeu Veneri, Dr. Batista e Luiz Eduardo Cheida. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião ordinária em discussão e votação - Aprovada, com pedido de dispensa de leitura pelo Deputado Francisco Bühler. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 332/08, de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Artagão Júnior, na forma da emenda anexa, lido pelo Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 333/08, de autoria do Deputado Caíto Quintana. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Artagão Júnior, lido pelo Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 336/08, de autoria do Deputado Jonas Guimarães. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Francisco Bühler, na forma da emenda anexa - APROVADO. Os Srs. Deputados Luiz Claudio Romanelli e Tadeu Veneri apresentam requerimentos de preferência de votação aos Projetos de Lei nº 347/08 e 062/08, 063/08 e 064/08. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO. O Sr. Presidente coloca em votação os requerimentos - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 347/08, de autoria do Tribunal de Contas. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura, lido pelo Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO. O Sr. Deputado Luiz Carlos Martins apresenta requerimento de retirada de pauta dos Projetos de Lei nº 062/08, 063/08 e 064/08 por duas reuniões. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

Ana Andretta - Secretária

